

**PROPOSTA DE HARMONIZAÇÃO GRÁFICA DA
TOPONÍMIA DE ANGOLA**

O Caso do Município de Malanje

Helder Pande Alexandre

**Dissertação de Mestrado em Terminologia e Gestão
da Informação da Especialidade**

Março, 2015

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Terminologia e Gestão da Informação da Especialidade, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino.

Declaro que esta dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, de de

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A orientadora,

Lisboa, de de

À memória de Félix Domingos, pai, companheiro incondicional;

À Domingas José Pande, mãe, mulher sacrificada e incansável;

À Rosa Alexandre, digníssima e amada mulher;

À memória de Francisco José Ganga, um amigo do outro lado da vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus Pai Todo-Poderoso e a Cristo Jesus, meu Senhor e Salvador, pelo dom da vida, amor, graça e salvação.

À minha mãe, Domingas José Pande, que muito lutou pela minha formação.

À Rosa Alexandre, minha mulher, pela ternura e afecto.

A todos os meus irmãos, pelo apoio e incentivo.

À Professora Doutora Teresa Lino, pela orientação e pelas correcções que enriqueceram o trabalho.

À doutora Paula Henriques, pelos conselhos e incentivos.

Ao engenheiro Caetano Correia e ao Ministério da Administração do Território, por todo o apoio prestado.

Ao Professor Doutor Manuel Muanza e à doutora Débora Gourgel, por me terem proposto para esta formação.

Ao Governo da Província de Malanje e à Administração Municipal de Malanje, por me terem permitido levar a cabo o presente trabalho.

À família do senhor João Francisco Ndala, ao Mateus Marques e ao João Serrote, pela hospitalidade durante o período de recolha de dados, na cidade de Malanje.

Aos meus líderes espirituais e irmãos na fé, pelos sábios conselhos e pelos preciosos encorajamentos.

Ao Rufino João Mbubi, amigo e conselheiro.

Ao INAGBE, Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo, por ter suportado financeiramente esta formação.

Aos meus amigos, colegas e a todos que directa ou indirectamente contribuíram para a realização do presente trabalho.

PROPOSTA DE HARMONIZAÇÃO GRÁFICA DA TOPONÍMIA DE ANGOLA: O CASO DO MUNICÍPIO DE MALANJE

RESUMO

Nesta dissertação temos a preocupação de apontar determinados critérios para a escrita dos topónimos de origem africana. Entendemos que os topónimos, apesar do seu carácter de identificador, são palavras como as demais da língua e estão sujeitos aos mesmos fenómenos linguísticos, inclusive aos empréstimos. Deste modo, julgamos que as regras ortográficas devem obedecer ao sistema linguístico a que se pretende aplicar e, por isso mesmo, consideramos inadequado que regras ortográficas do Kimbundu ou de outras línguas angolanas de origem africana condicionem a escrita dos topónimos na língua Portuguesa. Para isso, procedemos a uma pesquisa documental, para a recolha de dados, e a pesquisa de campo, para contactos com as autoridades administrativas e tradicionais do município de Malanje. Recolhemos cerca de 170 topónimos que serviram de *corpus* para a realização deste trabalho, entre os quais alguns de origem kimbundu, outros de origem portuguesa e alguns híbridos. Apresentamos uma classificação dos topónimos de acordo com o seu significado, identificamos a sua estrutura morfológica e propomos certos critérios que devem ser considerados na escrita destes topónimos, tendo em conta quer as regras de ortografia do Português quer as regras de ortografia do Kimbundu.

Palavras-chave: Topónimo, toponímia, grafia, Kimbundu, Português

PROPOSAL TO HARMONISE SPELLING OF ANGOLAN TOPONYMY: CASE OF MALANJE MUNICIPALITY

ABSTRACT

This dissertation aims to establish criteria for the spelling of Angolan toponyms of African origin. In spite of their specific characteristics, we believe that toponyms are words like any others in the language and they are all subject to linguistic phenomena, including loanwords. Therefore, we believe that spelling rules depend on the linguistic system in which we wish to apply them and so we consider it inappropriate for the spelling rules of the Kimbundu language to condition the writing of Angolan toponyms in Portuguese. Documentary research was undertaken to collect data as well as fieldwork to contact the administrative and tribal authorities in Malanje municipality. Over 170 toponyms were collected (some in the Kimbundu language, some in Portuguese and others hybrid) which served as a corpus for this work. We also present a classification of toponyms according to their meaning, identify the morphological structure and propose some criteria to correctly write the toponyms both in Portuguese and Kimbundu languages.

Key-words: Toponym, Toponymy, spelling, Kimbundu, Portuguese

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. ESTUDO DA TOPONÍMIA NO DOMÍNIO DA LEXICOLOGIA	3
1.1. Lexicologia e léxico	3
1.2. Lexicologia, Onomástica e Toponímia	6
1.3. Breve Abordagem ao Léxico do Português e do Kimbundu	9
1.4. A Toponímia como Objecto de Estudo da Lexicologia	15
1.4.1. Aspectos culturais da Toponímia	20
2. ENQUADRAMENTO LINGUÍSTICO DA PROVÍNCIA DE MALANJE	23
2.1. Caracterização Geo e Etnolinguística	23
2.2. Caracterização Sociolinguística	25
2.3. Caracterização da Língua Kimbundu	28
2.3.1. O alfabeto e a fonética	29
2.3.2. O tom	33
2.3.3. Aspectos Morfossintácticos	33
3. METODOLOGIA DA CONSTITUIÇÃO DE <i>CORPUS</i> DE TOPÓNIMOS	39
3.1. Delimitação da Região	39
3.2. Tipologia de Documentos	39
3.3. Apresentação e Discussão de Dados	41
3.3.1. Estrutura morfológica dos topónimos	49
3.4. Fichas Lexicográfico-Toponímicas	54
4. PROPOSTA DE HARMONIZAÇÃO GRÁFICA DOS TOPÓNIMOS	60
4.1. Pressupostos Legais	62
4.2. Trabalhos Antecedentes	63
4.3. Casos Consensuais	64

4.4. Critérios de Aportuguesamento	64
4.5. Critério de Escrita segundo as LAOAs	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
SUGESTÕES.....	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
ANEXOS.....	i

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação dos topónimos segundo a <i>GEPB</i>	17
Quadro 2 - Classificação taxionómica dos topónimos de Natureza Física, segundo Dick	18
Quadro 3 - Classificação dos topónimos de Natureza Antropo-Cultural, segundo Dick	19
Quadro 4 – Quadro fonético das vogais do Kimbundu.....	32
Quadro 5 – Quadro fonético das consoantes do Kimbundu.....	33
Quadro 6 – Prefixos de classes, segundo Chatelain.....	34
Quadro 7 – Prefixos de classes, segundo Fernandes e Ntondo (2002)	35
Quadro 8 – Prefixos de concordância	38
Quadro 9 - Quadro de topónimos	49
Quadro 10 - Topónimos formados pelo processo de derivação	50
Quadro 11 – Topónimos formados pelos prefixos <i>ki-</i> e <i>ka-</i>	51
Quadro 12 – Topónimos formados pelo processo de composição	53

LISTA DE SÍMBOLOS E ABREVIATURAS

ADJ – Adjectivo

ADV - Advérbio

CRA – Constituição da República de Angola

GEPB – Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira

ILN – Instituto de Línguas Nacionais

LAOA – Língua Angolana de Origem Africana

MAT – Ministério da Administração do Território da República de Angola

MED – Ministério da Educação da República de Angola

MINCULT – Ministério da Cultura da República de Angola

N – nome

Nf – nome feminino

Nm – nome masculino

Nmr – Numeral/Número

Nsing – nome singular

Npl – nome plural

Prefsing – prefixo singular

Prefpl – prefixo plural

Prep - Preposição

Spl – substantivo plural

Ssing – substantivo singular

V - Verbo

Ø – morfema zero; prefixo zero

INTRODUÇÃO

A toponímia de um país reveste-se de capital importância pelo facto de revelar não somente a sua soberania, mas também o seu valor cultural. Os topónimos dão-nos a conhecer os contactos entre determinados povos e os aspectos paisagísticos de uma dada região. Na toponímia de Angola distinguem-se sobretudo os topónimos africanos e os de origem portuguesa. Entretanto, questões de natureza gráfica dos topónimos africanos têm sido levantadas – se a grafia dos topónimos obedecem ou não aos critérios ortográficos das línguas locais.

Em Angola, cabe ao Ministério da Administração do Território (MAT) a responsabilidade da elaboração e implementação de normas sobre os nomes geográficos e da toponímia. Todavia, é comum haver divergências entre este órgão e o Ministério da Educação (MED), que é o órgão responsável pela gestão do sistema de ensino não universitário em todo o país, além do Ministério da Cultura (MINCULT). Assim, verificam-se diversos casos em que um mesmo topónimo tem sido escrito, no mínimo, de duas formas distintas, havendo casos com mais do que duas formas.

Desta forma, a relevância deste trabalho reside na harmonização da grafia dos topónimos, de modo que satisfaçam aos padrões ortográficos ou das línguas angolanas de origem africana (LAOAs) ou da língua Portuguesa.

Justificativa

A escolha do tema é decorrente das diversas contradições entre entidades distintas da sociedade angolana, num período em que muito se tem falado nos resgates das raízes africanas. Julgamos que, em situações diversas, tem havido um excesso de zelo por parte de certas entidades, o que faz com que, muitas vezes, os fenómenos decorrentes do contacto linguístico não sejam observados, em benefício de um africanismo que julgamos infundado.

Assim, pensamos que o contacto entre as diversas línguas africanas de Angola entre si é um facto, já que sempre houve e continua havendo contactos entre membros das distintas comunidades linguísticas do país. Ora, se o contacto entre as línguas é um facto, ser-nos-á lícito afirmar que as interferências linguísticas também o são. Por isso, se podemos admitir que há contactos entre as LAOAs, admitimos igualmente que há contacto entre estas e a língua Portuguesa e vice-versa. Este contacto gerou e tem gerado interferências tanto no

Português quanto nas LAOAs, nos diversos domínios da língua – léxico, fonética, sintaxe, morfologia, etc.

Se assim é, pensamos que apenas devemos procurar conciliar estas duas realidades – Língua Portuguesa e LAOAs –, sem termos que beneficiar uma em prejuízo da outra.

Objectivos

Para dar prossecução ao nosso trabalho, traçamos os seguintes objectivos:

1. Proceder ao levantamento dos topónimos do município de Malanje;
2. Descrever a estrutura morfológica dos topónimos;
3. Verificar a variação gráfica dos topónimos;
4. Identificar os problemas de ortografia nos topónimos;
5. Propor soluções para os casos pertinentes.

Problemática

Para realização do presente trabalho, levantamos a seguinte questão de partida:

- ❖ Que critérios ortográficos devem ser aplicados na escrita dos topónimos africanos?

O trabalho está estruturado em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, tratamos de questões teóricas. Discorremos sobre questões da Lexicologia e descrevemos como a Toponímia se enquadra no estudo da Lexicologia. Tratamos ainda do contacto de línguas (Kimbundu – Português) e das interferências que tanto o Kimbundu como o Português exercem uma na outra.

No segundo capítulo, apresentamos a caracterização linguística da província de Malanje. Fazemos igualmente a caracterização da língua Kimbundu, com incidência em aspectos de natureza morfossintáctica, alfabeto e fonética.

O terceiro capítulo aborda questões de natureza metodológica. Nele apresentamos o nosso *corpus* e discutimos sobre os dados do mesmo. Apresentamos ainda dados quantitativos do corpus, tratamos da estrutura morfológica dos topónimos, culminando com a apresentação de algumas fichas lexicográficas.

No quarto e último capítulo, procurámos apresentar propostas para a escrita dos topónimos, tendo como referência as regras do Português e do Kimbundu.

1. ESTUDO DA TOPONÍMIA NO DOMÍNIO DA LEXICOLOGIA

1.1. Lexicologia e léxico

A Lexicologia, enquanto disciplina da Linguística, ocupa-se do estudo do léxico numa determinada língua. O léxico, conforme afirma Paiva Raposo (1998:89), “é a componente gramatical onde se encontram as informações de natureza fonológica, sintáctica e semântica sobre os itens lexicais individuais”. Segundo Manuel Quivuna (2014:50), a Lexicologia foi constituída a partir da Linguística estrutural e tem por “objecto o estudo científico do acervo das unidades lexicais de um idioma – o léxico – sob diversos aspectos”. O léxico numa língua pode ser entendido como

“o dicionário no duplo sentido de conjunto de palavras dessa língua e a sua inventariação (dicionarística ou lexicográfica), a competência lexical do falante/ouvinte nativo numa língua e, na perspectiva resultante da função representativa da linguagem, o conjunto das unidades léxicas (= as unidades que representam a realidade extralinguística) numa língua” (Vilela, 1979:9).

Tratando ainda do léxico, Mário Vilela (1979:9) considera que “o léxico é, em primeiro lugar, entendido como o conjunto de unidades linguísticas básicas (morfemas, palavras e locuções) próprias numa língua”. Ao referir-se a unidades linguísticas próprias numa língua, não nos parece que o autor defenda que o léxico numa determinada língua seja o conjunto de unidades linguísticas que tenham origem nesta língua. Tal visão do léxico, em nosso entender, seria bastante restritiva, em virtude de diversas línguas possuírem um léxico herdado de outra(s) língua(s). Por exemplo, grande parte do léxico do Português foi herdada do Latim.

Contrariamente à tal maneira de encarar o léxico, entendemos que as unidades linguísticas próprias numa língua referem-se não só ao léxico de base dessa língua, mas também às unidades linguísticas tomadas como empréstimos de outras, fruto do contacto linguístico, além das unidades linguísticas que se formam na mesma, fazendo-se recurso aos diversos processos de formação de palavras disponíveis na língua.

De acordo com Mário Vilela (1994:9), “A lexicologia estuda as palavras de uma língua, em todos os seus aspectos”. Teresa Cabré (1993:78), por sua vez, realça que o léxico “incluye la lista de palabras de la lengua [...] y las reglas que explican la creatividad del hablante”. Por outro lado, Raposo (1998:89) salienta que “O léxico é o repositório das

propriedades dos itens lexicais que não podem ser derivadas a partir das regras da gramática”. Deste ponto de vista, a Lexicologia desenvolve o seu estudo de forma interdisciplinar, relacionando-se, por exemplo, com a Morfologia, a Semântica e a Sintaxe.

Assim sendo, cabe à Lexicologia “gerir” o léxico da língua, dando conta das palavras que entram e das que saem do sistema, dado o facto de que “O próprio léxico acolhe novas entradas e esquece outras” (Mateus e Carneira, 2007:45). A entrada das palavras no sistema obedece a processos específicos. Estes processos podem ser de natureza morfossintáctica, como a derivação (por afixação) e a composição, bem como não morfológicos, como a derivação regressiva, a conversão (também designada de derivação imprópria, cf. Bechara, 2009:372), as siglas e acrónimos, o redobro ou reduplicação, as amálgamas, o truncamento, as onomatopeias ou os empréstimos.

Embora os linguistas evitem a definição do conceito de “palavra” (cf. Saussure, 1978:189; Martinet, 1985:110), é reconhecido, porém, que os estudos linguísticos giram à volta da mesma (cf. Saussure, 1978:189; Krieger in Seabra, 2006:160), cabendo às diversas disciplinas adequá-lo às suas especificidades. Deste modo, à Morfologia interessa a estrutura morfológica da palavra; à Sintaxe as relações entre as palavras numa dada frase ou sintagma; à Semântica o significado das palavras; à Pragmática o valor da palavra num dado contexto de comunicação. Por este facto, Cabré (1993:78) assegura que “una lengua no puede concebirse sin unas unidad de referencia a la realidad, que son, en casi todas las lenguas conocidas, las palabras”.

André Martinet (1985:20), ao tratar da dupla articulação da linguagem, evita o conceito de “palavra” e propõe o de “monema” para referir-se ao signo linguístico. Segundo o autor, “o monema é uma unidade de duas faces: a face significada (sentido ou valor) e a face significante, que fonicamente a manifesta e se compõe de unidades da segunda articulação” (Martinet, 1985:20). Entretanto, Martinet sublinha que, embora possam coincidir em determinados casos, monema e palavra não são equivalentes um do outro, dado o facto de uma “palavra” poder ser constituída por diversos monemas. Deste ponto de vista, como exemplifica Martinet, na “palavra *comemos* há monemas, que são *com-* /kum/ designativo de certo tipo de acção, *-e-* /e/ designativo de modo e tempo verbais, e *-mos* /mus/ indicativo de ser a acção praticada pelo locutor e por mais alguém” (Martinet, 1985:20). Nesta conformidade, segundo a terminologia de Martinet, os monemas dividem-se em lexicais e gramaticais, sendo lexicais “os monemas que pertencem a inventários ilimitados; gramaticais,

os que, nas posições consideradas, alternam com um número relativamente restrito de outros monemas” (Martinet, 1985:113).

Outros linguistas¹, todavia, preferem o termo “morfema” ao termo monema, defendido por Martinet. Enquanto Martinet fala em monema lexical e monema gramatical, outros autores falam em morfema lexical e morfema gramatical, referindo-se aos mesmos conceitos. Maria Helena Mira Mateus *et al* (2003) e Alina Villalva (2008) usam o termo “constituente”. Evanildo Bachara (2009:334) define morfema como “a unidade mínima significativa ou dotada de significado que integra a palavra”. Por sua vez, Collado entende os morfemas como “as diferentes classes de unidades significativas a que geralmente se chama *morfes*” (Collado, 1980:164). Collado defende ainda que geralmente se fala de morfemas no sentido de morfes e procura estabelecer diferenças entre os dois termos. Deste modo, Collado entende o morfe como “a expressão fônica ou sequência de fonemas com uma significação própria, uma e não várias” (Collado, 1980:164) e morfema como “a unidade mínima abstracta dotada de sentido, a forma mínima significante, que não pode ser dividida sem que se destrua ou altere o significado” (Collado, 1980:65). Corroboramos, portanto, a afirmação de Quivuna (2014:57) de que tanto o termo monema quanto morfema “procuram designar realidades idênticas”.

A Lexicologia desenvolve o seu estudo tanto numa perspectiva diacrónica como síncronica (cf. Quivuna, 2014:50), quer no plano do discurso ou fala quer no plano da língua em “que situa a sistematicidade das unidades lexicais, o nível em que as unidades se configuram como unidades funcionais” (Vilela, 1994:11). A nível da língua, procura-se reflectir sobre o léxico propriamente dito, cujas unidades são designadas por lexemas; por outro lado, a nível da fala ou do discurso, que é a actualização da língua em situação de comunicação, o léxico passa a designar-se de vocabulário e as suas unidades passam a designar-se vocábulos (cf. Lino, 1979:13). Isto é, como diz Correia (1991:483), “o léxico fornece ao vocabulário as possibilidades expressivas. É no vocabulário que a expressividade se realiza”.

¹ Neste aspecto realçamos autores como Celso Cunha e Lindley Cintra (1991), em *Nova Gramática do Português Contemporâneo*; Evanildo Bechara (2009), em *Moderna Gramática Portuguesa*; Jesús-Antonio Collado (1980), em *Fundamentos de Linguística Geral*.

1.2. Lexicologia, Onomástica e Toponímia

O léxico duma língua é composto por unidades lexicais que têm importância referencial – verbos, substantivos e adjectivos – ou funcional – conjunções, preposições, artigos. Por isso mesmo, Eugénio Coseriu (1979:17) defende que “nem tudo o que é uma ‘palavra’ pertence ao léxico como objecto da lexemática, uma vez que há palavras (‘categoremas’, ‘instrumentos’) que não têm qualquer significado lexical”. Para o presente trabalho importa sobretudo as unidades lexicais referenciais, especificamente os substantivos ou nomes. Dentre os nomes, interessa-nos particularmente os nomes próprios, pois é à volta desta classe de palavras que se desenvolve o nosso trabalho, apesar do facto de os dicionários de língua corrente, que são o resultado final do trabalho lexicográfico, frequentemente não incluírem nomes próprios como entradas.

Assim sendo, a Lexicologia reserva à Onomástica o estudo dos nomes próprios. Dividida em duas partes – Antroponímia e Toponímia –, a Onomástica é a parte da Lexicologia que se dedica ao estudo dos nomes próprios. A Antroponímia dedica-se ao estudo dos nomes próprios humanos. A Toponímia, por sua vez, dedica-se ao estudo dos nomes próprios dos lugares e acidentes geográficos. Para o nosso trabalho, apenas o segundo aspecto da Onomástica se conforma com os nossos objectivos.

Os nomes próprios possuem uma forte ligação com os entes que designam. Como sublinha Stephen Ullmann (1977:149), “Os nomes desempenham nas relações humanas um papel tão importante que são frequentemente dotados de poderes mágicos e rodeados de complicadas superstições e tabus”. Embora os nomes próprios obedeam às mesmas regras da língua como os nomes comuns (cf. Vasconcellos, 1934:148), “O conceito de nome próprio está assim profundamente arraigado na tradição, e, na vida diária, não temos dificuldade em reconhecer tais nomes e os distinguir dos substantivos comuns, escrevendo-os com maiúscula” (Ullmann, 1977:151).

Ullmann prossegue a sua reflexão apresentando cinco critérios geralmente apontados para distinguir os nomes próprios dos nomes comuns, nomeadamente unicidade, identificação, designação contra conotação, som distintivo e critérios gramaticais. O primeiro critério – unicidade – é sugerido por Dionísio Trácio e tem a ver com o facto de um nome próprio significar um ser (pessoa ou lugar) de forma individual (cf. Ullmann, 1977:151). Todavia, este critério “não toma em consideração o facto de que muitas pessoas diferentes e

não relacionadas, e mesmo vários lugares diferentes, podem ter o mesmo nome” (Ullmann, 1977:152). O segundo critério – identificação – encara os nomes próprios como marca de identificação. De acordo com este critério, apresentado por John Stuart Mill, “um nome próprio serve apenas para identificar uma pessoa ou objecto, singularizando-os de entre as entidades semelhantes” (Ullmann, 1977:152).

O terceiro critério – designação contra conotação –, também apresentado por Stuart Mill, descreve os nomes próprios como estruturas designativas e os comuns como conotativas. “Os nomes próprios não são conotativos: designam os indivíduos que por ele são chamados; mas não indicam nem implicam nenhum atributo como pertencente a estes indivíduos” (Mill, 1879 citado por Ullmann, 1977:154). Ullmann, todavia, fazendo referência a Otto Jespersen, defende que, quando aplicado em contexto específico, os nomes próprios podem conotar, uma vez que estes “estão cheios de ricas conotações quando se aplicam a pessoas ou lugares conhecidos, quer pelo locutor quer pelo ouvinte” (Ullmann, 1977:154-155).

O quarto critério – som distintivo –, segundo Ullmann (1977:155), proposto por Sir Alan Gardiner, é “uma característica de todas as palavras (excepto no caso bastante especial dos homónimos)”, dado o facto de elas “terem uma configuração distintiva própria, que as diferencia de outros termos”. O quinto e último critério apresentado por Ullmann diz respeito a determinadas especificidades gramaticais a que os nomes próprios estão sujeitos e que variam de uma língua para outra, como, por exemplo, a pluralização dos nomes próprios que só acontece em casos especiais e a determinação do nome próprio através do artigo. Diz o autor que “A sintaxe do artigo e de outros «determinantes» é, realmente, um dos mais espalhados critérios gramaticais que distinguem os nomes próprios dos substantivos comuns” (Ullmann, 1977:157).

Entretanto, Ullmann realça que, dos cinco critérios apresentados, o segundo parece ser o mais útil, já que “A diferença essencial entre os substantivos comuns e os nomes próprios reside na sua função: os primeiros são unidades significativas, os segundos simples marcas de identificação” (Ullmann, 1977:160). Ao realçar o papel identificador dos nomes próprios, Ullmann evoca a ideia clássica de que o nome próprio é visto como “rótulo fixado numa pessoa ou numa coisa para a identificar, distinguindo-a de elementos similares” (Ullmann, 1977:153).

A propósito da ideia de rótulo, Dick, partindo dos conceitos gregos de *onoma* e *logos*, procura “estudar o nome como fato genérico, ao qual chamamos ‘sistema onomástico’, pelas relações que os nomes aí estabelecem, marcando todo o ordenamento gramatical e de significados” (Dick, 2007:145). Entende a autora que “Isto é possível porque o nome não é apenas um rótulo ou etiqueta colada sobre o objeto” (Dick, 2007:145).

Os topónimos geralmente nascem da língua corrente, o que os remete para o estudo da Lexicologia. Porém, quando se tornam alvos de estudos especializados, é razoável que também sejam objecto de estudo da Terminologia, uma vez que, nestes casos, passam a ser considerados termos, já que, corroborando a afirmação de Dick, “consideramos a Toponímia – neste caso em foco – uma linguagem de especialidade” (Dick in: Seabra, 2006:99).

Visto desta forma, estamos perante uma questão que apresenta uma certa complexidade e requer, certamente, um enquadramento da abordagem que se pretende fazer no que diz respeito aos topónimos: se uma abordagem no âmbito da Lexicologia ou da Terminologia. Para todos os efeitos, a nossa abordagem é essencialmente linguística, não sendo, para já, prioritária a dimensão conceptual da Terminologia.

Do grego *topos* (lugar) e *onomas* (nome), a Toponímia é entendida como o estudo da origem, evolução e significação dos topónimos. Há autores, contudo, que usam termos como Coronímia Nominativa, Nomenclatura Geográfica ou Geonímia para a análise da etimologia dos nomes dos lugares (Seemann, 2005:211). Segundo constata Dick, “A Toponímia desenvolveu-se acompanhando um vocabulário geográfico de ocorrências, pois geográfico era o seu objecto de estudo (*topos* = lugar), na distribuição entre elementos físicos e antrópicos da paisagem, mas em relação intersemiótica” (Dick in: Seabra, 2006:98).

Tal como já dissemos acima, a língua dispõe de diversos recursos de formação de palavras. Neste estudo de caso, daremos especial atenção aos empréstimos, pois estaremos a tratar duma situação de contacto de línguas – para o presente trabalho, o *Kimbundu* e o Português. Neste aspecto, focar-nos-emos sobretudo na interferência do Português no *Kimbundu*, e vice-versa, particularmente no caso dos topónimos.

1.3. Breve Abordagem ao Léxico do Português e do Kimbundu

A situação sociolinguística de Angola, sobretudo a questão do contacto linguístico entre o Português e as línguas locais, tem sido alvo de diversos estudos. Victorino Reis descreve o contacto de línguas como “o processo de interacção entre duas ou mais línguas, do qual resultam influências na estrutura e no vocabulário das línguas em contacto” (Reis, 2006:44). Deste modo, o contacto entre o Português e o Kimbundu tem produzido interferências tanto numa como noutra língua. Amélia Mingas (2000) defende que, relativamente ao Kimbundu, terá sido a língua Portuguesa a que mais sofreu com o fenómeno da interferência. Estas interferências dão-se a vários níveis, morfológico, sintáctico, fonético ou lexical.

Uma das prováveis marcas da interferência do Português no Kimbundu a nível fonológico é o fonema [r], inexistente no Kimbundu, que surge sobretudo como alternativa do som [d] (cf. Mingas, 2000:63), em palavras como *kiriri/kididi* (lugar), *ritemu/ditemu* (enxada), *ritumbate/ditumbate* (planta medicinal). Deste modo, o prefixo kimbundu de classe 5 (*di-*) passa a ser realizado de forma alternativa como *ri-*. Por exemplo, no seu *Dicionário Kimbundu-Português*, António de Assis Junior usa o prefixo como *ri-* e não *di-*. Entretanto, Assis Junior observa que “O **r**, ou **ri** (sempre acompanhado de i), tendo um só valor no princípio como no meio das palavras, é sempre brando soando aproximadamente como *di*, conforme parece ser frequente nas terras do interior” (Junior, s/d:4). Assis Junior acresce que “não falta quem julgue oportuna a substituição por *di* e sua consequente eliminação do alfabeto” (Junior, s/d:4). De qualquer modo, como veremos adiante, o alfabeto actualmente convencionado para o Kimbundu não inclui o grafema <r> nem o fonema [r].

Do ponto de vista lexical, o contacto entre o Português e o Kimbundu tem gerado muitos empréstimos. Muitas dessas palavras traduzem realidades ou ideias não existentes numa ou noutra cultura. Por exemplo, não havendo carros no contexto cultural kimbundu, o Kimbundu recorre ao Português para poder expressar tal realidade. Deste modo, temos no Kimbundu a palavra *dikalú*, formada pelo prefixo singular *di-* e o radical *kalu*, do Português carro.

Outros exemplos:

Kimbundu	Português
Dikalú	carro
apalelu	aparelho

Xikola	escola
Mbolo	pão (de bolo)
dibesa	bênção
mbinza	camisa
Lwoso	arroz
ngeleja	igreja
kulemala	remar
kukandala	cantar
kusofela	Sofrer

Como podemos observar, ao entrarem no léxico do Kimbundu, as palavras conformam-se à morfologia e à fonética do Kimbundu. Por exemplo, ao passar para o léxico do Kimbundu, a palavra carro sofre alteração do fonema [R] para [l], já que o fonema [R] não existe na língua Kimbundu. Além disso, à palavra é anteposta o prefixo singular *di-*, que faz o plural em *ma-* (*makalu*). Quando às palavras não se antepõe um prefixo, o singular é marcado pelo morfema Ø, de classe 9, como em *ngeleja*, *mbinza*, *mbolo*, que formam plural em *ji-*, de classe 10, *jingeleja*, *jimbinza*, *jimbolo*.

O contacto entre o Português e o Kimbundu fez com que diversos antropónimos portugueses entrassem, por corruptela, no léxico do Kimbundu, como apresentamos a seguir.

Kimbundu	Português
Ada	Adão
Nguxi	Agostinho
Sesa	Conceição
Ngalaxi	Engrácia
Xiku	Francisco
Kimadi	Guiomar
Naxu	Inácio
Zua	João
Zefa	Josefa
Madiyana	Mariana
Loza	Rosa
Mbaxi	Sebastião
Sandu	Santos
Madiya	Maria
Jezu	Jesus ²

Outro aspecto que se verifica nos exemplos referidos (*mbolo* e *ngeleja*) é alteração das consoantes orais [b] e [g] para as consoantes pré-nasais [mb] e [ŋg], dado o facto de [b] ser atestada geralmente no meio de palavra e [g] não ser atestada no Kimbundu.

² Cf. Gama, José Moreno P. da. *Luanda Fragmentos de Memórias*. Edição do Autor. Luanda. 2006. pp. 66-67

De forma inversa, a interferência do Kimbundu no Português não se circunscreve apenas ao nível lexical, mas também ao fonológico, morfológico e sintáctico. Diversas palavras do Kimbundu passam para o Português, sendo que muitas delas são adequadas à estrutura lexical do Português. Por outro lado, verifica-se no Português, sobretudo na variante angolana do Português, estruturas sintácticas marcadas pela interferência do Kimbundu.

A nível da Sintaxe, a interferência do Kimbundu no Português é marcada no modelo de construção da frase, como, por exemplo, a anteposição do pronome pessoal complemento em relação ao verbo. Nesta conformidade, em de se dizer:

Entreguei-lhe a chave.

Diz-se:

*lhe entreguei a chave.

Refira-se ainda que o falante do Kimbundu geralmente não faz distinção entre os pronomes pessoais complementos directo (o) e indirecto (lhe). Nestes casos, o pronome lhe é usado quer como complemento directo quer como indirecto. Em vez de se dizer:

Vi-o quando passava.

Diz-se:

*Lhe vi quando passava.

Outro aspecto que marca a interferência do Kimbundu no Português é a questão da concordância em género e número. Dado o facto de a marca do número, no Kimbundu, existir no prefixo, o falante desta língua transporta a mesma lógica para o Português.

Kimbundu	Português
di-yala	homem(Ø)
ma-yala (mala)	Homens
(Ø)Ngutu	colher(Ø)
ji-ngutu	Colheres
ki-nama	perna(Ø)
i-nama	Pernas
mu-zumbu	lábio(Ø)
mi-zumbu	Lábios
mu-hetu	mulher(Ø)
a-hetu	Mulheres

Como podemos observar, no Kimbundu, o singular e o plural são marcados por prefixos nominais, com excepção da classe 9, marcada pelo prefixo Ø. Diferentemente, o Português marca apenas o plural, sendo o singular sempre marcado pelo morfema Ø. Assim

sendo, notam-se sintagmas, em Português, em que a marca do número fica expressa apenas no artigo (cf. Mingas, 2000:66-67), como nos exemplos abaixo:

O polícia / Os polícia
O homem / os homem

Em vez de:

Os polícias
Os homens

O léxico da língua Kimbundu não possui o verbo *ter* (cf. Quintão, 1934:22). Para suprir a falta desse verbo na língua, recorre à locução verbal *kukala ni* (estar com). Desta forma, constata-se construções frásicas do tipo:

Estou com fome. (*Ngala ni nzala*)

Estou com um problema. (*Ngala ni maka*)

Estou com trinta anos. (*Ngala ni makwinyi atatu mivu*)

em vez de:

Tenho fome.

Tenho um problema.

Tenho trinta anos.

Ainda do ponto de vista da construção da frase, por interferência do Kimbundu, as frases interrogativas parciais são construídas de maneira que a partícula interrogativa (pronome ou advérbio interrogativo) surja no final da frase. Acontece que, no Kimbundu, a partícula interrogativa, em frases interrogativas parciais, surgem no final da frase. Como consequência, verificam-se frases do tipo:

Vais aonde? Fizeste como? Comeste (o) quê? (*Wamukuya kwebi? Wabangi kyebi? Wadi ihi?*)

em vez de:

Aonde vais? Como fizeste? (O) que comeste?

Por outro lado, por influência do advérbio kimbundu *ngo* (só), verificam-se frases do tipo:

Me passa só a colher. (*ngi bane ngo o ngutu*)

em vez de:

Por favor, passa-me a colher.

Isto deve-se ao facto de que, em frases como *ngi bane ngo menya* (me dá só água – com o valor de “por favor, dá-me [um pouco de] água.), o advérbio possui o valor semântico de “por favor”. Logo, o falante do Kimbundu, ao traduzir o seu pensamento para o Português, selecciona os mesmos elementos que selecciona em Kimbundu, não percebendo que, no Português, “só” não é sinónimo de “por favor”.

Do ponto de vista do léxico, várias são as unidades linguísticas do Kimbundu lexicalizadas na variante do Português de Angola, obedecendo a diferentes processos. Os verbos do Kimbundu, por exemplo, ao entrarem no léxico do Português, perdem geralmente o prefixo verbal (*ku-*) e ganham a desinência do infinitivo português (-r) (cf. Mingas, 2000:78), como podemos ver nos exemplos abaixo:

Kimbundu	Forma lexicalizada	Português
Kukanga	Cangar	amarrar
Kukwata	Cuatar	agarrar
Kuxinga	Xingar	ultrajar, ofender
Kuxingila	Xinguilar	Invocar espíritos, cair em transe
Kubaza	Bazar	ir-se embora
Kusabula	Sabular	delirar, revelar um segredo
Kubungula	Bungular	dançar (feiticeiro)
Kuzunga	Zungar	ambular, rodopiar

Entretanto, os verbos a seguir fogem a esta lógica e entram no léxico do Português de forma diferente.

Kimbundu	Forma lexicalizada	Português
Kulamba	Culambar	cozinhar,
Kulemba	Alembar	dar presente de noivado
Kufumba	Cafumbar	dar menos do que o devido
Kuluwa	Caluar	participar numa refeição sem ser convidado ³

Os nomes lexicalizados, segundo Amélia Mingas (2000:78), dividem-se em três grupos.

“O primeiro engloba os nominais que foram lexicalizados com o respectivo prefixo singular de classe; o segundo reagrupa aqueles que entraram na variante angolana só com a estrutura da sua forma plural e o último integra os nominais lexicalizados sem [*sic*] perda do respectivo prefixo. A variante comporta, por outro lado, nomes que entraram no léxico do português de Angola com os dois prefixos, o do singular e o do plural” (Mingas, 2000:78-79).

³ O verbo *kulwa* significa *guerrear, resistir, travar uma luta*. Ao ser lexicalizado no Português, refere-se sobretudo a pessoas que vão comer à casa de outrem sem um prévio convite ou às crianças que fazem refeição fora de casa sem o consentimento dos seus pais.

Relativamente ao terceiro grupo de nomes lexicalizados, pensamos que a autora se referia aos nomes que são lexicalizados sem o respectivo prefixo, diferente de “sem perda do respectivo prefixo”, conforme a citação acima. Aliás, a nossa posição tem por base o facto de que, tanto no primeiro como no segundo grupo, os nomes lexicalizados possuem os respectivos prefixos, daí a distinção entre singular e plural. Outrossim, o primeiro subtítulo da página 80 faz jus à nossa abordagem. Desta forma, aos quatro grupos já apresentados, acrescentamos os nomes de base kimbundu aos quais se junta um sufixo português.

Nesta conformidade, são exemplos de palavras de que só a forma singular foi lexicalizada as seguintes:

Kimbundu	Forma lexicalizada	Português
Kibetu	Quibeto	luta
Kimbemba	Quimbemba	conversa ⁴
Kingila	Quínguila	cambista informal
Kizaka	Quizaca	prato típico
Mbombo	Bombo	mandioca demolhada
Ndende	dendém, dendê	fruto da palmeira
Dixixi	Dixíxi	monstro canibal (mitologia)
Mufete	Mufete	prato típico
Mwamba	Muamba	prato típico
Muxoxo	muxoxo ⁵	chio de boca
Ndenge	Ndengue	criança, jovem

Exemplos de palavras cuja forma do plural apenas foi lexicalizada (Mingas, 2000:80)

Kimbundu	Forma lexicalizada	Português
Imbamba	Imbamba	bagagem
Jindungu	Jindungo	baga picante
Mabanga	Mabanga	espécie de marisco
Malamba	Malamba	desgraça
Mawindu	Mauindo	espécie de pulga penetrante
Minyoka	Minhoca	verme

Exemplos de palavras de que tanto a forma singular quanto a plural foram lexicalizadas (Mingas, 2000:81)

Kimbundu	Forma lexicalizada	Português
Dika	Dica	informação
Maka	Maca	problema, assunto

⁴ Nos últimos tempos, a unidade lexical quimbemba registou uma evolução semântica, passando a significar convívio, festim.

⁵ De muxoxo deriva o verbo muxoxar.

Exemplos de palavras lexicalizadas sem o prefixo (Mingas, 2000:80)

Kimbundu	Forma lexicalizada	Português
Dikamba	Camba	amigo
Dikota	Cota	mais velho

Exemplo de palavras com base kimbundu e sufixo português

Kimbundu	Forma lexicalizada	Português
Kimbanda	Quimbandeiro	curandeiro
Mulemba	Mulembeira	árvore frondosa
Mufuma	Mafumeira	árvore frondosa
Kuzunga	Zungueira	vendedora ambulante
Kitanda	Quitandeira	vendedora
Kimbombo	Quimbombeiro	vendedor de quimbombo; bebedor de quimbombo
Kuxinguila	Xinguilador	advinho
Kuxixila	Xixilar	ter dificuldade em fazer ou transportar alguma coisa

Além dos exemplos acima apresentados, há um outro grupo de palavras complexas que combinam unidades linguísticas do Kimbundu e do Português, com relevo para unidades linguísticas ligadas à gastronomia, como, por exemplo, muamba de galinha, muamba de peixe, muamba de carne.

No âmbito da fonética, verifica-se a interferência do Kimbundu na articulação de determinados sons vocálicos e consonânticos. Por exemplo, a unidade linguística <manga> é realizada foneticamente como ['maŋga] (ma-nga), em vez de ['mãgɐ] (man-ga). Isto acontece porque, na língua Kimbundu (1) as vogais são sempre orais, portanto, não existem vogais nasais; (2) o grafema <a> corresponde sempre a vogal central aberta [a], não existe a vogal central média [ɐ]; (3) a consoante [g] é sempre precedida de som nasal, portanto realiza-se [ŋg].

A consoante lateral palatal [λ] é geralmente realizada como [l], como em <lhe>, ou como [li], em casos como <malha>, <colher>, <espelho>, foneticamente ['malja], [coli'er], [eʃ'pɛlju].

1.4. A Toponímia como Objecto de Estudo da Lexicologia

No âmbito do estudo da Lexicologia, a toponímia pode ser vista como um recurso de enriquecimento e renovação do léxico, uma vez que, por intermédio da toponímia, o léxico da

língua adquire novas palavras ou as que já existem ganham novos sentidos. Nesta perspectiva, os topónimos também podem ser alvos de estudo da Neologia, por ser esta especialmente vocacionada para dar conta dos neologismos.

Além dos topónimos propriamente ditos, que são nomes próprios, os topónimos contribuem para o enriquecimento do léxico da língua com os gentílicos, que são adjetivos formados a partir dos topónimos, como angolano, de Angola, português, de Portugal ou brasileiro, de Brasil.

Deste modo, dado o número de topónimos existentes na língua, quer os de origem na língua Portuguesa, quer os que são tomados como empréstimo de outras línguas, é bastante razoável que o estudo do léxico considere a toponímia como uma área que careça de uma abordagem especial, sobretudo pelo carácter multidisciplinar que a envolve.

Os estudos toponímicos de forma sistematizada, segundo Dick (1987:93), começaram em França, por volta do ano 1878, com Auguste Longnon, na École Pratique de Hautes Études e no Colégio de França, tendo como resultado a publicação póstuma, pelos seus alunos, da *Les noms de lieu de la France*, após 1912. Conforme ainda descreve Dick, após a morte de Longnon, Albert Dauzat deu sequência, em 1922, aos estudos onomásticos, tendo publicado “Chronique de Toponymie”.

Dos autores de língua Portuguesa destacamos os trabalhos ligados à Onomástica desenvolvidos por José Leite de Vasconcellos, cuja obra *Opusculos* (1931) serve de fonte para o presente trabalho. Dos vários autores brasileiros que se têm dedicado ao estudo da Onomástica, em geral, e da Toponímia, em particular, destaca-se o nome da autora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, cujos trabalhos têm sido tomados como modelos nos estudos toponímicos, nomeadamente *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*, 1990, *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionómicos*, 1990, *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo (1554-1897)*, 1996, entre outros.

De acordo com a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (s/d:73), Leite de Vasconcellos divide o estudo dos topónimos em três partes, nomeadamente Linguística Toponímica, Gramática Toponímica e Proveniência Toponímica. A “linguística toponímica, em que se estudam os nomes de lugares classificados por línguas; gramática toponímica, em que se trata de modos de formação dos referidos nomes; proveniência toponímica, em que se encaram os topónimos segundo as causas que os originaram” (GEPB, s/d: 73). A estas três

partes, acrescenta-se a Geografia Toponímica que, segundo a GEPB (s/d: 82), tem a ver com a “distribuição de um topónimo, especialmente quando ele e seus derivados e flexões ocorrem em abundância através do território do País”.

Dependendo da causa que dá origem ao topónimo, a toponímia tem sido classificada de uma determinada forma. Os aspectos paisagísticos, por exemplo, dão a origem a diversos topónimos, nomeadamente aspectos relativos à fauna, flora, hidrografia, solos, etc. A esse modelo de classificação, Dick dá o nome de *Sistema Toponímico Taxionómico*. A respeito desta classificação, a autora afirma o seguinte:

“Definidos à maneira dos hiperônimos (termos redutores dos significados compreendidos nas expressões denominativas) ou arquilexemas, constituem-se em indicativos ou marcadores semântico-terminológicos; têm a finalidade de, por meio de uma nomenclatura específica (termo genérico motivador, indicativo do campo semântico determinativo, seguido da expressão topónimo), transmitir os vínculos causais que justificam a criação dos nomes de lugares” (Dick, 2007:142).

A GEPB apresenta uma classificação da toponímia, que resumidamente apresentamos abaixo.

Categoria	Descrição
Antropotoponímia ou toponímia antroponímica	Nomes de lugares relativos a nomes de pessoas
Arqueotoponímia ou toponímia arqueonímica	Nomes de lugares relativos a arqueónimos, ou seja, nomes de sentido arqueológico
Etnotoponímia ou toponímia etnonímica	Nomes de lugares relativos a nomes pátrios ou étnicos
Fitotoponímia	Nomes de lugares relativos aos vegetais
Geotoponímia ou toponímia geonímica <ul style="list-style-type: none"> • Hidrotoponímia ou toponímia hidronímica • Orotoponímia ou toponímia oronímica 	Nomes de lugares relativos às formas de natureza geográfica ou geológica Nomes de lugares relativos a nascentes, linhas e toalhas de água Nomes de lugares relativos ao relevo
Hagiotoponímia	Nomes de lugares relativos aos cultos (santos) cristãos
Litotoponímia ou toponímia litoonímica	Nomes de lugares relativos a rochas e aspectos geológicos
Zootoponímia ou toponímia zoonímica	Nome de lugares relativos a nomes de animais

Quadro 1 - Classificação dos topónimos segundo a GEPB

Por sua vez, Dick apresenta um “*Sistema Toponímico Taxionómico*, estruturado em vinte e sete taxes explicativas ou categoremias toponímicas” (Dick, 2007:142). Este “Sistema Topónimo Taxionómico” apresentado por Dick divide-se em dois grupos: onze taxes de

topónimos de Natureza Física e dezasseis taxes de topónimos de Natureza Antropo-Cultural, como apresentamos a seguir.

Categoria	Descrição
Astrotopónimos	Topónimos relativos aos corpus celestes em geral
Cardinotopónimos	Topónimos relativos às posições geográficas em geral
Cromotopónimos	Topónimos relativos às escalas cromáticas
Dimensiotopónimos	Topónimos relativos às dimensões dos acidentes geográficos: extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura e profundidade
Fitotopónimos	Topónimos relativos aos vegetais
Geomorfotopónimos	Topónimos relativos às formas topográficas: elevações, montanhas, montes, morros, colina, depressões de terrenos, costa, cabo, angra, ilha, porto.
Hidrotopónimos	Topónimos relativos a acidentes hidrográficos: água, rio, córrego, foz
Litotopónimos	Topónimos relativos aos minerais e à constituição do solo
Meteorotopónimos	Topónimos relativos aos fenómenos atmosféricos: vento, chuva, trovão
Morfotopónimos	Topónimos relativos às formas geométricas
Zootopónimos	Topónimos relativos aos animais

Quadro 2 - Classificação taxionómica dos topónimos de Natureza Física, segundo Dick

Fonte: Sousa (s/d); Silva e Oliveira (2012)

Toponímia	
Categoria	Descrição
Animotopónimos ou Nootopónimos	Topónimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual: vitória, saudade, belo, feio
Antropotopónimos	Topónimos que dizem respeito a nomes próprios individuais: prenome, hipocorístico, prenome mais alcunha, apelido de famílias e prenome mais apelidos de família
Axiotopónimos	Topónimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais
Corotopónimos	Topónimos relativos a nomes de cidades, países estados, regiões e continentes
Cronotopónimos	Topónimos relativos aos indicadores cronológicos, representados pelos adjectivos novo, nova, velho, velha
Ecotopónimos	Topónimos relativos às habitações em geral
Ergotopónimos	Topónimos relativos aos elementos da

	cultura material
Etnotopónimos	Topónimos relativos aos elementos étnicos, isolados ou não: povos, tribos, castas
Dirrematopónimos	Topónimos constituídos de frases ou enunciados linguísticos
Hierotopónimos	Topónimos relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides, religiosas, a associações e a locais de culto
Hagiotopónimos	hierotopónimos relativos a nomes de santos da Igreja Católica Romana
Mitotopónimos	Hierotopónimos relativos a entidades mitológicas
Historiotopónimos	Topónimos relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas
Hodotopónimos	Topónimos relativos às vias de comunicação
Numerotopónimos	Topónimos relativos aos numerais
Poliotopónimos	Topónimos constituídos com os vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial
Sociotopónimos	Topónimos relativos às actividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos
Somatopónimos	Topónimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal

Quadro 3 - Classificação dos topónimos de Natureza Antropo-Cultural, segundo Dick

Fonte: Sousa (s/d); Silva e Oliveira (2012)

O estudo da toponímia revela-se de grande importância, pois permite não só perceber a cosmovisão dum determinado povo, como também pode em muito contribuir na reconstrução e/ou confirmação da história de um dado espaço. Afirma Vasconcellos, citado na GEPB (s/d:82), que “pelo que respeita à linguagem, acontece frequentemente ir o glotólogo descobrir preciosidades no obscuro nome de um lugarejo ou no ingénuo falar de um ignorante”. Os estudos de Leite de Vasconcellos, por exemplo, dão-nos uma percepção da história do território português, confirmando a presença germânica e árabe neste espaço territorial. De acordo com Seemann, “Waibel, em um estudo pioneiro na área de Geografia, realizou uma ‘reconstrução da vegetação original de Cuba’, a partir de uma abordagem toponímica” (Seemann, 2005:211). Para o linguista, os topónimos ganham especial importância não apenas pelo significado que representam, mas sobretudo pela sua estrutura morfológica e pela sua evolução fonética, numa perspectiva diacrónica, uma vez que os topónimos, como as demais unidades linguísticas, são susceptíveis a evolução ao longo tempo, fenómeno que se reflecte na sua estrutura morfológica (cf. GEPB, s/d:82-83).

1.4.1. Aspectos culturais da Toponímia

Um topónimo não se resume apenas numa palavra. Por detrás dum topónimo há uma história, uma cultura, uma identidade, até mesmo um mito. Por este facto, um estudo da toponímia estritamente do ponto de vista linguístico não nos parece suficiente para perceber todo o seu valor. Assim sendo, alguns elementos extralinguísticos, nomeadamente o contexto do surgimento do topónimo, a entidade ou o povo que atribui o nome ao lugar são determinantes para percebermos a valor semântico/simbólico do topónimo. Conforme realça Dick, “o ‘dar nomes’ e o ‘conhecer os nomes dados’, para os primitivos em geral, tinha, realmente, uma conotação própria, porque pressupunha toda uma ocorrência ao mecanismo de domínio do ente, cujo nome de batismo, o primeiro, clânico, por certo, se tornava público” (Dick, 1987:97).

Os topónimos, bem como os antropónimos, são palavras como quaisquer outras dentro do sistema linguístico, ou seja, são signos linguísticos e, por isso mesmo, estão sujeitos às leis da gramática como as demais palavras da língua (cf. Vasconcellos, 1931:148). Isto quer dizer que um topónimo é um signo linguístico em que a sua forma oral ou escrita é o significante e a localidade, povoação ou acidente geográfico que recebe o respectivo topónimo o seu significado, dado que os signos linguísticos “Designam seres, objetos, processos, noções abstratas, por uma associação direta e recíproca do significante e do significado” (Guiraud,1989:123).

Deste modo a análise do processo de formação, da estrutura morfológica e do valor semântico dos topónimos também interessa à Lexicologia. Grande parte dos topónimos recolhidos para o presente trabalho tem origem nas línguas bantu, especificamente o Kimbundu e entram no léxico do Português como empréstimos.

Muitos topónimos, ao entrarem no léxico do Português sofrem alterações na sua estrutura morfológica motivados por processos fonéticos, de forma a se conformarem à estrutura da língua Portuguesa. Topónimos como *Ngulungu*, *Ndalatandu*, por exemplo, entram no léxico do Português como Golungo, N’dalatando. Outros, porém, mantêm a forma da língua de origem, adaptando-se apenas à grafia do Português: Kwanza > Cuanza, Lwanda > Luanda.

A atribuição do nome a uma determinada localidade constitui um acto de importância capital para a pessoa, povo ou sistema ideológico que o atribui. Mais do que simplesmente

nomear, significa a autoridade sobre aquele lugar por parte de quem o institui e a aceitação por parte dos habitantes da mesma circunscrição. Por essa razão, diversos topónimos referem-se ao patriarca, o responsável clânico, muitas vezes o primeiro a habitar a zona. Topónimos como *Kifukusa*, *Kalandula*, *Kimbamba*, *Pedro Mufuma* derivam de antropónimos tidos como os fundadores das aldeias.

Por outro lado, os topónimos servem como meio para homenagear figuras que tenham prestado serviços considerados relevantes e úteis quer a nível local quer a nível global. É o caso de Pedro *Ulu*, missionário protestante que serviu a comunidade que é designada pelo seu nome.

Os topónimos revelam também pessoas que, num dado momento da história, se dedicaram à causa da nação (como, por exemplo, Rua Rainha *Njinga*, Avenida *Hoji ya Henda*, Avenida Deolinda Rodrigues, Avenida Cónego Manuel das Neves, Bairro Mártires de Kifangondo, Largo *Saidy Mingas*) ou homenageiam um acontecimento histórico (Aeroporto 4 de Fevereiro, Largo 4 de Fevereiro, Marco Histórico do *Cazenga*, Praça da Independência, Largo da Independência).

Como já se disse acima, os topónimos reflectem aspectos da paisagem circundante, nomeadamente a vegetação (*Kisole*, *Kamisombo*, *Kula Muxitu*, *Kandende*), a fauna (*Kamembe*, *Kima*, *Nguvu*, *Kamoma*, *Kamoma Ngandu*), hidrografia (*Ngola Lwiji*), solos (*Maxinde*).

Os topónimos revelam igualmente épocas de domínio de uma dada ideologia política. Na fase de ocupação do território angolano, por exemplo, os portugueses procuraram dar nomes a diversas localidades de forma a expressar a sua presença e hegemonia sobre tais localidades. Deste modo, surgem topónimos como Vila de Salazar, Cidade de Carmona, Vila de Duque de Bragança, Moçâmedes e Nova Lisboa em localidades como N'dalatando, Uíje, Calandula, Namibe e Huambo.

De forma inversa, após o 11 de Novembro de 1975, data da independência da República de Angola, com o objectivo de ver o país livre de tudo o que lembrava o colonialismo, os nomes dados pelos colonizadores foram substituídos por nomes locais. Apesar desse esforço, há ainda alguns topónimos que remontam à era colonial. É o caso, no município de Malanje, das regedorias da Vila Matilde e da Carreira de Tiro.

Há casos em que, mesmo depois da alteração de um dado topónimo, o nome anterior continua a coexistir com o actual. Em Luanda, por exemplo, verifica-se a coexistência dos topónimos, Largo 1.º de Maio e Praça da Independência (Largo da Independência), Largo do Baleizão e Largo Saidy Mingas, Estrada de Catete e Avenida Deolinda Rodrigues.

Factos como estes, levam-nos a afirmar que os topónimos com os quais as pessoas se identificam dificilmente caem em desuso, mas continuam a existir, ainda que de forma não oficial. Por se tratar de uma matéria complexa, já que não envolve apenas uma pessoa, e dado o facto de que “Os nomes das localidades definem tanto os lugares quanto as pessoas” (Seemann, 2005:209) os topónimos não devem ser impostos, mas devem merecer a aprovação, ainda que tácita, da comunidade. Por isso, para nós, faz todo o sentido a afirmação de Seemann de que “a denominação dos lugares é, de fato, um processo político-cultural” (Seemann, 2005:209). Aos topónimos que são transplantados e/ou aos que não reflectem a identidade da localidade ou acidente geográfico que designam, Dick chama de *designação superposta*. Ainda a este propósito, Dick (2007:142) considera que os

“nomes são formas de língua virtuais, muitas vezes de natureza plástica, que se moldam às regiões de duas maneiras peculiares: ou designando-as segundo suas especificidades mais salientes, consubstanciadas, linguisticamente, em suas próprias semias; ou adotando uma denominação artificial, no sentido de seu distanciamento em relação ao grupo. Em outras palavras, o nome deixou/deixará de ser contextualizado ou introjetado pela comunidade porque seguiu o caminho inverso, advindo de fora para dentro do meio”.

Para o presente trabalho, recolhemos um conjunto de topónimos que constituem o *corpus* que serve de base para análise. Os topónimos recolhidos referem-se sobretudo a nomes de comunas, sectores, regedorias, aldeias e de rios.

2. ENQUADRAMENTO LINGUÍSTICO DA PROVÍNCIA DE MALANJE

2.1. Caracterização Geo e Etnolinguística

O território angolano divide-se em dezoito regiões políticas e administrativas chamadas províncias, nomeadamente Cabinda, Zaire, Uíje, Bengo, Luanda, Malanje, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico, Benguela, Huambo, Bié, Huíla, Namibe, Cuando Cubango e Cunene. Cada província subdivide-se em municípios e estes, por sua vez, em distritos urbanos e/ou comunas.

A província de Malanje é constituída por catorze municípios, designadamente Malanje (a capital da província), Cacuso, Cangandala, Calandula, Quela, Quirima, Mucari (Caculama), Cambundi-Catembo, Cunda-dia-Baze, Caombo, Marimba, Cuaba Nzoji, Massango e Luquembo. A província é liderada politicamente por um governador provincial, ao passo que o município é dirigido por um administrador municipal. Com efeito, o topónimo Malanje designa quatro extensões territoriais e um rio, designadamente uma província, um município, uma comuna e uma cidade, além do rio Malanje.

Localizada na região centro-norte de Angola, a província de Malanje possui uma superfície de 903.302 km² e uma população de 968.135, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), sendo o município de Malanje o mais populoso, com 486.870 habitantes, portanto, mais de metade do total de habitantes de toda a província.

A província de Malanje integra a região que tem como língua local o Kimbundu, sendo o povo designado de *ambundu*. Segundo Filipe Zau (2002:61), o grupo etnolinguístico ambundu “foi a etnia que teve contactos mais intensos, com o mundo europeu”. Zau afirma ainda que o grupo ambundu “Foi também no século XVII, a primeira nação africana a ser sujeita a uma nação europeia. Talvez por esse facto, tenham também sido os mais aculturados de todos os outros grupos etnolinguísticos angolanos” (Zau, 2002:61; cf. Mudiambo, 2014:39). Ainda segundo Zau (2002:Quadro 1.3), o grupo etnolinguístico ambundu compreende os subgrupos Dembos, Maungos, Calandulas, Negolas⁶, Gingas, Holos, Bondos, Bângalas, Quissamas, Libolos, Hacos, Songos, Quibalas e Mussendes. A estes, Fernandes e Ntondo (2002:44) acrescem os subgrupos Lwanda, Hungu, Ntemo, Puna e Bambeiro.

⁶ Negola é uma forma aportuguesada de *Ngola*.

A língua Kimbundu é falada nas províncias de Malanje, Cuanza Norte, Bengo, Luanda⁷ e Norte do Cuanza Sul, além de zonas fronteiriças das províncias do Zaire e Uíje e é muitas vezes também designada de língua (m)bunda ou “ambundo”⁸. A propósito destas designações, Heli Chatelain (1888-89:xi) considera o seguinte:

“Nem uma nem outra destas denominações é admissível: a primeira por ser quase um termo obscuro⁹ na língua que pretende designar, a segunda porque significa «os pretos» e não a sua linguagem, ambas por não serem usadas pelos indígenas que falam a língua em questão. «Kimbundu» pelo contrário, é o termo vernáculo, dizendo os pretos d’Angola, os a-*mbundu*: o *kimbundu*, em *kimbundu*, falar *kimbundu*, mas nunca: falar *ambundo* ou *bundo* ou *bunda*”¹⁰.

O Kimbundu faz fronteiras a Norte com o Kikongo, a Este com o Cokwe e a Sul com o Umbundu e compreende, segundo João Fernandes e Zavoni Ntongo (2002:44-45), as variantes Holo, Ndongo, Kambondo, Kisama, Mgangala, Mbolo, Minungu, Ndembu, Ngola ou Jinga, Ngoya, Nkari, Ntemo, Puna, Songo e Xinji.

Do ponto de vista histórico, a extensão territorial conhecida hoje por província de Malanje pertencia aos reinos do Ndongo, também designado por reino de Angola¹¹ (cf. Zau, 2002:43), e da Matamba. Para certos historiadores, o reino do Ndongo ou Angola terá sido vassalo do reino do Congo. Porém, Eduardo dos Santos (1965:143-144) refuta esta ideia, afirmando, contudo, a existência de hostilidades entre os dois reinos. Segundo Egídio de Sousa Santos, a cidade de Malanje entra para a história a partir de 1843, ano em que “Rodrigues Graça empreendeu a sua exploração, dando assim a conhecer a fertilidade do solo que já então produzia em abundância bens alimentares e pastagens” (Santos, 2005:41). Malanje apresenta-se como uma cidade de capital importância por servir de ligação da zona litoral norte com o Leste de Angola, nomeadamente as províncias da Lunda Norte, da Lunda Sul e do Moxico.

⁷ A província de Luanda, capital do país, embora se encontre entre as que têm como língua local o Kimbundu, constitui hoje um caso à parte, já que, devido ao fluxo migratório que se verifica na Capital, possui comunidades de falantes de quase todas as línguas locais de Angola, além uma vasta comunidade de Congolezes (RDC), Cabo-verdianos e Oeste africanos.

⁸ Do Kimbundu, *ambundu*, que significa negro, preto.

⁹ Em Kimbundu, *mbunda* significa “nádega”, “traseiro”, “ânus”, “rabo”, “retaguarda”, “extremidade inferior de um objecto”, etc. (Júnior, s/d.:27)

¹⁰ A grafia foi actualizada.

¹¹ Angola é uma das formas aportuguesada de Ngola, primeiro soberano do reino do Ndongo.

2.2. Caracterização Sociolinguística

À semelhança do resto do país, em Malanje coexistem a língua local, o Kimbundu, e o Português, que é a língua oficial do país, segundo a Constituição da República de Angola (CRA). O Kimbundu predomina sobretudo nas zonas rurais, enquanto o Português predomina nos centros urbanos. O Português é a única língua que cobre toda a extensão do território angolano, sendo, pois, as línguas locais de cariz regional.

O período pré-independência, em Angola, foi marcado pela política de exclusão das línguas locais, designada por António Fernandes da Costa (2006:44) de processo da “glotofagia”. Tal política teve como ápice o período de governação de Norton de Matos, então Alto-Comissário de Angola, que proibiu o uso das línguas locais em favor do Português. Apesar de uma atitude tão adversa, as línguas locais mantiveram-se vivas e influenciaram grandemente a língua dominante, como pudemos constatar no capítulo anterior.

Alcançada a independência, verificou-se um esforço na promoção das línguas locais, contudo, sem prejuízo algum para a língua Portuguesa. António Fernandes da Costa (2006:46) considera que “a manutenção e difusão da língua portuguesa e a reabilitação dos idiomas bantu nacionais não traduzem medidas incompatíveis entre si”, uma vez que, como defende Reis (2006:62), “a intervenção do Estado na resolução dos problemas linguísticos deve contribuir para a promoção do querer viver juntos, elemento básico da coesão e da identidade nacional”. Portanto, língua Portuguesa foi adoptada como língua oficial do Estado e língua de unidade nacional, dado que “a existência da língua portuguesa em Angola transcorre numa situação de heterogeneidade idiomática” (Costa, 2006:47). Esta heterogeneidade decorre do facto de o território angolano ser fruto de vários reinos, tendo cada um a sua própria língua.

O esforço para a promoção das línguas angolanas de origem africana¹² (LAOAs) levou a que, em 1987, sob proposta do Instituto de Línguas Nacionais, o Conselho de Ministros da então República Popular de Angola aprovasse a *Resolução n.º 3/87, de 23 de Maio*¹³, que aprova a título experimental os alfabetos de seis línguas, nomeadamente Kikongo, Kimbundu, Cokwe, Umbundu, Mbunda e Oxikwanyama. Quase vinte e oito anos depois, não temos

¹² Actualmente tem-se evitado o termo “línguas nacionais” para se referir às línguas dos diversos grupos etnolinguísticos de Angola, já que tal designação pretere a língua Portuguesa. Para se referir às mesmas, tem-se recomendado a expressão “línguas angolanas de origem africana” (LAOAs), conforme a Constituição da República de Angola (CRA), art.º 21.º, alínea n). LAOA opõe-se a LAOE, língua angolana de origem europeia, o Português.

¹³ *Diário da República*. I Série. N.º 41, de 23 de Maio de 1987.

conhecimento de algum documento que modifique os referidos alfabetos, nem de qualquer outro que os aprove a título definitivo.

Actualmente o Português é a única língua que goza de estatuto constitucional em Angola, conforme a citação da Constituição da República de Angola (CRA), de 2010:

- “1. A língua oficial da República de Angola é o português.
2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional.” (art.º 19.º da CRA)

O facto de as “demais línguas de Angola” não terem merecido qualquer menção na Constituição da República de Angola (CRA) tem suscitado diversas críticas dos que defendem uma maior promoção das LAOAs, ou seja, “línguas nacionais”. António Ngula Chivinga (2014:53), por exemplo, levanta determinadas questões, que julgamos pertinentes, conforme a citação:

- “a. Se a língua oficial é o português, que estatuto têm as outras línguas?
- b. As funções do Estado relativamente às “demais línguas”, segundo este artigo, resumem-se a valorizar e promover os estudos e o ensino daquelas. Posto isto, a quem cumpre as restantes funções, como sejam, por exemplo, a protecção jurídica, a preservação, a regulação da convivência linguística numa nação plurilingue?
- c. Que pessoas representam “as demais línguas de Angola”?
- d. Como deverá levar-se a efeito a citada valorização e promoção?
- e. Não é feita, inclusivamente, qualquer referência ao carácter multilingue e plurilingue de uma nação que conta com mais de nove grupos etnolinguísticos.”

É inegável o facto de que as línguas dos diversos grupos etnolinguísticos de Angola não gozam de qualquer estatuto constitucional, recebendo mesmo a vaga designação de “demais línguas de Angola”, por um lado, e, por outro, um tratamento idêntico ao das “principais línguas de comunicação internacional”, uma vez que ambas surgem no mesmo parágrafo, ao passo que estatuto do Português é tratado em parágrafo distinto. O texto constitucional é omissivo quanto às designações destas “demais línguas de Angola”.

Não obstante a isso, a alínea n) do artigo 21.º da CRA afirma que é tarefa fundamental do Estado angolano “Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação”.

O artigo 9.º da Lei de Bases do Sistema de Educação vigente em Angola estabelece o seguinte:

- “1. O ensino nas escolas é ministrado em língua portuguesa.

2. O Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnicas, materiais e financeiras para a expansão e generalização da utilização e do ensino de línguas nacionais.
3. Sem prejuízo do n.º 1 do presente artigo, particularmente no subsistema de educação de adultos, o ensino pode ser ministrado nas línguas nacionais.”

Como se pode observar, há um claro privilégio da língua Portuguesa em relação às LAOAs. Como se depreende do artigo transcrito, independentemente da língua materna da criança, por exemplo, no ensino primário, esta tem de ser forçosamente ensinada em Português, já que a lei cria excepção apenas para o ensino de adultos.

Todavia, há que reconhecer determinados esforços que têm sido envidados no sentido de promover as LAOAs. Apontamos como exemplo a criação do curso de licenciatura em Línguas e Literaturas Angolanas, na Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto, e do curso de licenciatura em Ensino de Línguas e Literaturas Africanas, no Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (ISCED/Luanda), tendo como um dos objectivos “apoiar a Reforma Educativa em curso que tem uma vertente referente à introdução das línguas nacionais nos planos curriculares do ensino”¹⁴.

O gráfico da distribuição percentual da população angolana, entre 1970 e 1990, apresentado por Zau (2002:57), permite-nos perceber uma tendência de crescimento da população urbana e a conseqüente redução da população rural. Esta tendência manteve-se sobretudo durante o período de conflito armado que o país viveu. Os resultados provisórios do censo populacional de 2014 confirmam tal tendência, com 62,3% de população urbana contra 37,7% de população rural, a nível do território nacional. A província de Malanje apresenta uma população urbana na ordem dos 55%, contra 45% da população rural. Isto demonstra que o êxodo rural ainda é um facto, e que os centros urbanos têm atraído cada vez mais populares.

Se tivermos em consideração que a população das zonas rurais tem sido a principal conservadora das línguas locais, e que nos centros urbanos predomina o Português, o êxodo rural apresenta-se como sério risco à existência das LAOAs. Este crescente número da população urbana reflecte-se, por conseguinte, no aumento do número de pessoas que têm o Português como língua materna, que, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, compreende cerca de 40% da população angolana (INE, 2011:51-52). Deste modo, torna-se premente que o estado crie condições para se evitar esta tendência migratória, ou que tal não resulte no abandono das línguas locais, em favor do Português.

¹⁴ <http://isced.ed.ao/orgaos-e-servicos/departamentos-de-ensino-e-investigacao/departamento-de-linguas-e-literaturas-africanas>. Acesso em: 02/12/2014

A política de assimilação levada a cabo pela potência colonizadora deixou profundas sequelas, que, até hoje, muitos têm vergonha (ou complexo) de falar as línguas locais. Uma vez que “A língua materna de um indivíduo faz parte da sua cultura, das suas raízes, da sua história, constituindo o principal factor da sua identidade” (Mudiambo, 2014:32), pensamos que a escolarização das LAOAs, sobretudo no ensino primário, para as crianças que as têm como língua materna, e a sua adopção como língua da administração, nas zonas em que são faladas, muito contribuiria para a eliminação deste complexo.

Porém, há ainda um longo caminho a percorrer. Embora haja um alfabeto aprovado para certas línguas, a produção literária nestas línguas é quase nula. Outrossim, o Instituto de Línguas Nacionais, órgão afecto ao Ministério da Cultura da República de Angola, que tem por responsabilidade “estudar cientificamente as Línguas Nacionais, contribuir para a sua normalização e ampla utilização em todos os sectores da vida nacional”¹⁵, pouco tem feito para que as LAOAs tenham um estatuto diferente do actual. Como já dissemos, a grafia adoptada para as LAOAs continua em fase experimental.

2.3. Caracterização da Língua Kimbundu

O Kimbundu, língua falada pelo povo ambundu, é, a par do Umbundu, uma língua do grupo bantu¹⁶ falada estritamente no território angolano, sendo que as outras são línguas transfronteiriças.

Estudos sobre a língua Kimbundu remontam ao século XVII e começam sobretudo com os missionários jesuítas. Segundo Heli Chatelain (1888-89:XV), a primeira obra impressa em Kimbundu é o catecismo do padre Pacconio, intitulado *Gentio de Angola Sufficientemente Instruido*, de 1642, reeditada em 1661 e 1784. A primeira gramática do Kimbundu é da autoria do padre Pedro Dias, intitulada *Arte da Língua de Angola*, em 1697. Destacam-se também a *Grammatica Elementar do Kimbundu ou Língua de Angola* (1888-89), de Heli Chatelain; o *Ensaio de Dicionário Kimbúndu – Portuguez*, de Cordeiro da Matta; a *Gramática de Kimbundu* (1934), de José Luiz Quintão; *Dicionário Kimbundu – Português* (s/d), de Assis Júnior; *Dicionário Português-Kimbundu-Kikongo* (1961, 3.^a ed. 2009), de

¹⁵ Art.º 18.º. Decreto-lei n.º 7/03, de 6 de Junho. *Diário da República*. I Série. N.º 44

¹⁶ A palavra *bantu* designa “pessoas”, pela combinação do prefixo *ba-* e do radical *-ntu*. Em Kimbundu, entretanto, o radical que designa “pessoa” *-tu* e não *-ntu*. Deste modo, em Kimbundu diz-se *mutu* (pessoa) e *atu* (pessoas).

António da Silva Maia. Mais recentemente e numa perspectiva do contacto linguístico, temos a *Interferência do Kimbundu no Português falado em Lwanda* (2000), de Amélia Mingas e *Rupturas Estruturais do Português e Línguas Bantu em Angola* (2006), de António Fernandes da Costa.

À semelhança das outras línguas bantu, o Kimbundu é marcado pela flexão prefixal dos nomes, através de uma combinação de prefixos que juntam a um radical, marcando-lhe o número. Todavia, começaremos a nossa abordagem pela descrição do sistema fonético da língua kimbundu.

2.3.1. O alfabeto e a fonética

As línguas bantu, com excepção do Swahili que teve contacto com o árabe, são encaradas como línguas orais, ou seja, línguas sem escrita. Todavia, o contacto com os europeus suscitou o interesse de determinados investigadores na escrita destas línguas, adoptando assim o alfabeto das línguas europeias, o alfabeto latino. Desde então, diversos contributos foram dados para a adequação das línguas africanas ao plano escrito. Nesta conformidade, podemos notar diferenças marcantes entre os escritos mais antigos e os mais recentes, sobretudo nos critérios adoptados para escrever as línguas bantu.

Tratando especificamente do Kimbundu, tendo como ponto de partida a *Arte da Língua de Angola*, de Pedro Dias (1697), podemos constatar a evolução que se observou na escrita do Kimbundu. Deste modo, tendo como referência a obra de Pedro Dias, temos o seguinte alfabeto para o Kimbundu:

vogais

a, e, i, o, u

semivogal

y

consoantes

b, c, d, f, g, h, j, l, m, n, p, q, r, s, t, v, x, z

Constata-se ainda a presença dos grupos *qu, gu, nb, nv, nd, ng e nz*.

É notável na *Arte da Língua de Angola* a ausência da consoante <k> e da semivogal <w>. Por outro lado, a consoante oclusiva velar não vozeada [k] é representada ora por <c>, ora pelo grupo <qu>. Semelhantemente, a consoante oclusiva velar vozeada [g] é representada nalguns casos por <g>, antes de *a*, *o* e *u*, e pelo grupo <gu>, antes de *i* e *e*, tal como acontece em Português. Constatam-se ainda que a consoante palatal vozeada [ʒ] é representada por <j>, nuns casos, e <g>, antes de *i*.

Já a *Gramática Elementar do Kimbundu ou Língua de Angola*, de Heli Chatelain (1888-89), apresenta o seguinte alfabeto:

vogais

a, e, i, o, u

semivogais

i e u

consoantes

b, d, f, g, h, j, k, l, m, n, p, r, s, t, v, z

Aqui já é possível notar-se um maior rigor na uniformização da escrita à fonética do Kimbundu. Verifica-se, portanto, uma biunivocidade entre sons e grafemas. Diferentemente da *Arte da Língua de Angola*, de Pedro Dias, a *Gramática Elementar do Kimbundu* já inclui no seu alfabeto a consoante <k>, mas não a semivogal <y>. Ambas as gramáticas não contemplam a semivogal <w>. Assim sendo, na gramática de Chatelain, as semivogais [j] e [w] são representadas graficamente pelas letras <i> e <u>, que, à semelhança do Português, representam igualmente as vogais [i] e [u]. O alfabeto apresentado por Heli Chatelain é o mesmo apresentado por Assis Júnior, no seu *Dicionário Kimbundu-Português*, e por José Luiz Quintão, na sua *Gramática de Kimbundo*.

Em 1987, tendo em conta a “necessidade da uniformização da escrita em Línguas Nacionais”¹⁷, foram aprovados pelo Conselho de Ministros da República Popular de Angola os alfabetos experimentais de seis línguas de Angola, entre as quais o Kimbundu, propostos pelo Instituto de Línguas Nacionais, com a seguinte justificação:

“(…) os alfabetos propostos pelo Instituto Nacional de Línguas, resultantes de investigações efectuadas sobre os sistemas fonológicos das respectivas, assentando essencialmente sobre a

¹⁷ Resolução n.º 3/87 de 23 de Maio. *Diário da República. I Série. N.º 41*

equivalência um símbolo gráfico para cada fonema, correspondem fielmente às realidades fonológicas das mesmas” (*Resolução N.º 3/87 de 23 de Maio*).

Nesta conformidade, o alfabeto apresentado pelo Instituto de Línguas Nacionais (ILN) procura consolidar o princípio da biunivocidade começado em Chatelain, como podemos ver abaixo:

vogais

a, e, i, o, u

semivogais

w, y

consoantes

b, d, f, h, j, k, l, m, n, ng, p, s, t, v, x, z¹⁸

Deste alfabeto podemos tecer as seguintes constatações: (1) tal como Chatelain, Júnior e Quintão, o ILN exclui os grafemas <c> e <q> do alfabeto da língua Kimbundu; (2) tal como Pedro Dias e diferente dos demais autores anteriormente citados, o ILN inclui no seu alfabeto a semivogal <y>; (3) contrariamente a todos os autores, o ILN inclui no seu alfabeto a semivogal <w>; (4) e, contrariamente a todos os autores, o ILN exclui do seu alfabeto a consoante <r>. Sempre que <i> e <u> ocorrem junto de outra vogal formando ditongo, devem escrever-se <y> e <w>, respectivamente.

Por outro lado, deve salientar-se que o grafema <g> é sempre realizado pré-nasalizado, ou seja, <ng>, com o valor fonológico de [ŋg], e nunca com o valor de [ʒ], independentemente da vogal com a qual forma sílaba. O grafema <s> é sempre realizado fonologicamente [s], independentemente da sua posição na palavra, portanto, nunca se escreve dobrado. O grafema <h> é sempre realizado fonologicamente aspirado, nunca mudo. O fonema [k] é sempre representado graficamente por <k>. O fonema [ʃ] é sempre representado graficamente por <x>.

Julgamos legítimo reconhecer o esforço empreendido na adequação do alfabeto latino à fonética das “línguas nacionais”, em geral, e do Kimbundu, em particular. Todavia, existem casos em que ainda não foi possível manter o princípio da equivalência de “um símbolo gráfico para cada fonema”, conforme a citação anterior. Como salienta Zavoni Ntondo (s/d:103), “As consoantes desdobram-se em simples e complexas”. Assim sendo, além das

¹⁸ Secretaria de Estado da Cultura. Instituto de Línguas Nacionais. *Boletim n.º 1*. Luanda. 1987. pp. 8-9

consoantes apresentadas atrás, o Kimbundu apresenta ainda as consoantes complexas, que combinam dois grafemas para um som: <bh> e <th> (oclusivas orais), <ny> (oclusiva nasal), <mb> e <nd> (oclusivas pré-nasais), <mv> e <nj> (fricativas pré-nasais).

No capítulo anterior desta dissertação, aventámos a hipótese de o som/fone [r] do Kimbundu ter sido interferência do Português. Julgamos, entretanto, que isto não deve ser considerado como factor de exclusão deste som da língua, uma vez que o contacto de línguas, mais do que prejudicar, enriquece as línguas. Outrossim, é necessário que se faça um estudo de forma a apurar o número de falantes que se revêem neste som e verificar se se trata realmente de uma variação diatópica, como defendem Heli Chatelain e Assis Júnior¹⁹. Por outro lado, pensamos que a exclusão do grafema <r> do alfabeto, por motivos de uniformização gráfica, não deve significar necessariamente a exclusão do fonema [r] da língua.

Do ponto de vista vocálico, obedecendo ao princípio da biunivocidade, Zavoni Ntondo (s/d) apresenta um quadro fonético de cinco consoantes para o Kimbundu, coincidindo, deste modo, os sons vocálicos com os grafemas que os representam. Entretanto, Amélia Mingas (2000) apresenta um quadro mais alargado contendo sete vogais, havendo, portanto, uma distinção entre as vogais [e] e [ɛ], representadas graficamente por <e>, e entre [o] e [ɔ], ambas representadas graficamente por <o>.

Assim sendo, apresentamos, a seguir, o quadro fonético actual da língua Kimbundu.

Vogais

	Anterior ou Palatal	Central	Posterior ou velar
Alta (Fechada)	[i]		[u]
Média	[e]		[o]
Baixa (Aberta)	[ɛ]	[a]	[ɔ]

Quadro 4 – Quadro fonético das vogais do Kimbundu

Fonte: Mingas, 2000:85 (adaptado)

Consoantes

Ponto e voz \ Modo		Oclusiva			Fricativa		Lateral
		Oral	Nasal	Pré-nasal	Oral	Pré-nasal	
Bilabial	Sonora	[b/β]	m	[mb]			
	Surda	[p]					
Labiodental	Sonora	[v]	[m̥v]				
	Surda	[f]					

¹⁹ Heli Chatelain e António de Assis Júnior defendem que, na variante do Kimbundu de Luanda, existe um som **r** brando, muito próximo do som **d**. Porém, no interior usa-se apenas o som **d**.

Dental	Sonora	[d]	[nd]		[z]	[nz]	
	Surda	[t]			[s]		
Alveolar	Sonora		[n]				[l]
	Surda						
Palatal	Sonora		[ɲ]		[ʒ]	[nʒ]	
	Surda				[ʃ]		
Velar	Sonora			[ŋg]			
	Surda	[k]					
Glotal	Surda				[h]		

Quadro 5 – Quadro fonético das consoantes do Kimbundu

Fonte: Mingas, 2000:87 (adaptado)

2.3.2. O tom

O Kimbundu, à semelhança de outras línguas bantu, é uma língua tonal, ou seja, as palavras não possuem acento tónico. Assim sendo, não há distinção entre sílaba tónica e sílaba átona. A diferença entre as sílabas é marcada pelo tom.

Segundo Ntondo e Fernandes (2002:86,87), o tom pode ser pontual/simple ou complexo. No Kimbundu verifica-se apenas o tom simple, que são classificados em tom alto, assinalado com um acento tónico, e tom baixo, assinalado com um acento grave (cf. Ntondo e Fernandes, 2002:86). Os sinais diacríticos, entretanto, não são usados no plano ortográfico, dado o facto de as línguas bantu não usarem acentos gráficos (cf. Quivuna, 2014:89). O tom é de suma importância no Kimbundu, uma vez que permite esboçar distinção entre palavras homógrafas. Por exemplo, *ngandu* (jacaré) e *ngandu* (esteira), *kubanga* (pelejar, brigar) e *kubanga* (fazer, arranjar), *tungu* (barrote) e *tungu* (fábrica).

2.3.3. Aspectos Morfossintáticos

Do ponto de vista morfossintático, a língua Kimbundu, à semelhança das outras línguas bantu, é caracterizada pela presença de classes de prefixos. Como afirmam Fernandes e Ntondo, “As classes constituem um sistema que permite aos substantivos participar de forma evidente na expressão da distinção singular / plural” (Fernandes e Ntondo, 2002:77; cf. Ngunga, 2004:52). Ntondo afirma ainda que “O prefixo substantival tem como característica associar-se ao lexema de tipo substantival para formar um substantivo que será inserido na classe à que pertence o prefixo” (Ntondo, 2006:32).

Com efeito, estudos diferentes apresentam um número diferente de classes, em Kimbundu. Deste modo, Heli Chatelain (1888-89:1-8) apresenta dez classes de prefixos nominais, combinando dois prefixos por cada classe, sendo um para marcar o singular e outro para marcar o plural. Ao critério atrás referido, exceptua-se a classe IX, que apresenta apenas o prefixo que marca o plural; o singular, portanto, é marcado pela ausência de prefixo. A seguir, apresentamos o quadro de prefixos, segundo Chatelain.

Classes	Singular	Plural	Exemplo		
			Singular	Plural	Português
I	mu-	a-	mutu	atu	pessoa
II	mu-	mi-	mukanda	mikanda	carta
III	ki-	i-	kinama	inama	perna
IV	ri- ²⁰	ma-	rilonga	malonga	prato
V	u-	mau- ²¹	uhaxi	mauhaxi	doença
VI	lu-	malu-	lumbu	malumbu	muro
VII	tu-	matu-	tubia ²²	matubia	fogo
VIII	ku-	maku-	kufua ²¹	makufua	morte
IX	-	ji-	imbua ²¹	jimbua	cão
X	ka-	tu-	kahoji	tuhoji	leãozinho

Quadro 6 – Prefixos de classes, segundo Chatelain

O quadro de classes apresentado na gramática de Chatelain é o mesmo apresentado no dicionário de Assis Júnior. José Luiz Quintão (1934:14), entretanto, apresenta um quadro de prefixos com o mesmo número de classes, mas com ligeiras alterações no singular das classes 4 e 9. Portanto, na classe 4, Quintão apresenta *di-/ma-* e, na classe 9, *i-/ji*.

A propósito do quadro apresentado por Quintão, que nos parece ter-se baseado em Chatelain, corroboramos o comentário feito por António Fernandes da Costa (2006:101), que transcrevemos:

“Merece-nos um pequeno comentário o facto de o autor do quadro transcrito ter adoptado os morfemas **mau**, **malu**, **matu**, e **maku**, como marcas do plural da 5ª, 6ª, 7ª e 8ª classes, respectivamente. Na nossa opinião, tais marcas do plural poderiam reduzir-se simplesmente ao morfema *ma*, como acontece com o plural dos nomes pertencentes à 4ª classe, uma vez que os morfemas **u**, **lu**, **tu**, **ku**, que o autor aglutina a **ma**, já fazem parte das respectivas palavras no singular”.

²⁰ Conforme já fizemos referência, o alfabeto do Kimbundu em uso não inclui a letra “r”. Portanto, actualmente escreve-se *di-*, em vez de *ri-*; *dilonga*, em vez de *rilonga*.

²¹ A ocorrência de “u” ao lado de vogal faz com que o “u” altere para “w”. Deste modo, escreve-se *mawhaxi*, em vez de *mauhaxi*; *kufwa*, em vez de *kufua*; *imbwa*, em vez de *imbua*.

²² À semelhança da anterior, a ocorrência de “i” ao lado de vogal implica a alteração do “i” para “y”. Portanto, escreve-se *tubya*, em vez de *tubia*.

Diferentemente dos autores atrás referidos, Fernandes e Ntongo (2002:72) apresentam um quadro de dezoito classes de prefixos: catorze classes de prefixos nominais, uma classe de prefixo verbo-nominal e três classes de prefixos locativas, como abaixo transcrevemos:

Classe	Prefixo	Exemplo	L. Portuguesa
1	mu-	mutudi	viúva
2	a-	atudi	viúvas
3	mu-	mutwe	cabeça
4	mi-	mitwe	cabeças
5	di-	dibhitu	porta
6	ma-	mabhitu	portas
7	ki-	kimbi	cadáver
8	i-	imbi	cadáveres
9	Ø, i-	mbundi, ixi	ovelha, país
10	ji-	jimbudi, jixi	ovelhas, países
11	lu	lumweno	espelho
12	ka-	kasende	calcanhar
13	tu-	tusende	calcanhares
14	u-	uhaxi	doença
15	ku	kudya	comida
Classes locativas			
16	bhu		
17	ku		
18	mu		

Quadro 7 – Prefixos de classes, segundo Fernandes e Ntongo (2002)

Sobre o quadro acima transcrito, algum comentário nos parece oportuno: (1) O quadro apresenta seis pares de classes de prefixos nominais que combinam os pares singular/plural, nomeadamente a classe 1 com a classe 2, a classe 3 com a classe 4, a classe 5 com a classe 6, a classe 7 com a classe 8, a classe 9 com a classe 10, e a classe 12 com a classe 13; (2) o quadro apresenta ainda três classes de prefixos nominais (as classes 11, 14 e 15) que não apresentam combinatórias para o plural; (3) a classe 9 inclui os prefixos Ø e *i-*, juntando a ausência de prefixo, verificada em Chatelain, ao prefixo *-i*, verificado em Quintão.

Retomando a análise de António Fernandes da Costa citado anteriormente, verifica-se que os prefixos das classes 11, 14 e 15 não apresentam combinatórias, em virtude de as palavras iniciadas em *lu-*, *u-* e *ku-*²³ formarem plural por adição do prefixo *ma-*. Deste modo, segundo defende Costa, *lu-*, *u-* e *ku-* não parecem desempenhar a função de marcadores de número. Portanto, a marca do singular é desempenhada pelo prefixo Ø. Deste modo, seria

²³ A nossa análise cinge-se estritamente sobre os prefixos nominais. Portanto, exclui-se da nossa reflexão o prefixo verbal *ku-*.

razoável que os nomes iniciados em *lu-*, *u-*, e *ku-* fossem enquadrados na mesma classe, pois, como afirma Costa (2006:101):

“O facto de não ocorrer qualquer substituição de um morfema na reconversão do singular para o plural de certas palavras, como se observa em *dibengu-mabengu* (rato, ratos), apenas significa que a marca do singular dos nomes que manifestam tal comportamento não é substituível por se realizar segundo o morfema Ø”.

Todavia, o facto de as referidas partículas serem tomadas como prefixos de concordância, como veremos adiante, justifica a posição de Fernandes e Ntondo em dispô-los em classes de prefixos distintas.

Por outro lado, julgamos que a classe 9 é marcada apenas pelo prefixo Ø. Pensamos que, na formação do plural palavras iniciadas em *i-*, ocorre uma contracção das vogais *i* do prefixo *ji-* e do radical (*ji-* + *ixi* = *jixi*; *ji-* + *imbwa* = *jimbwa*; *ji-* + *inzo* = *jinzó*). Outrossim, como afirmam Chatelain e Quintão, quando precedido de vogal, o *i-* inicial cai, como em *o'nzo* (*o inzo* – a casa), *kambwa* (*ka + imbwa* – cãozinho). Portanto, o singular da referida classe é marcado pelo prefixo Ø.

Deste modo, como se pode constatar e conforme afirmam Fernandes e Ntondo, a formação do plural dos nomes ocorre de duas maneiras:

- a) *substituição de prefixos*: é o processo regular onde um substantivo [...] que pertence a uma classe determinada pode trocar, ao entrar noutra classe, o seu prefixo com o da classe em que se insere.
- b) *adição de prefixos*: é um processo em que o substantivo inserido numa classe encontra-se [*sic*] junto ao prefixo da referida classe”. (Fernandes e Ntondo, 2002:77-78)

Sem prejuízo dos outros autores e sem contrariar as críticas que fizemos, tomaremos como referência a classificação dos prefixos apresentada por Fernandes e Ntondo, sempre que houver necessidade de fazermos menção à classificação dos prefixos.

2.3.3.1. A questão do género/critérios de concordância

O conceito de género na língua Kimbundu é diferente do conceito de género na língua Portuguesa. Como afirma Costa (2006:120), “A categoria equivalente ao género, em quimbundo, nada tem a ver com a contraposição masculino/feminino e nem mesmo com o binarismo oposicional macho/fêmea” [*sic*]. Isto acontece, provavelmente, porque, como considera Quintão (1934:13), “os nomes de entes animados, [*sic*] são *comuns de dois* ou

epicenos, excepto os seres com nomes especiais para cada sexo”. Deste modo, em Kimbundu, as palavras *ngana*, *mulambi*, *ngulu* significam senhor/senhora, cozinheiro/cozinheira, porco/porca, respectivamente; mas *diala*, *muhatu*, *dikolombolo*, *sanji* significam homem, mulher, galo, galinha, respectivamente. Assim sendo, como assevera Costa (2006:127), “a distinção macho/fêmea é perspectivada por intermédio de expressões de carácter analítico”. Como exemplo, Costa apresenta expressões como *hoji ya ndumbe* (leão), *hoji ya mukaji* (leoa), *ngulu ya ndumbe* (porco), *ngulu ya mukaji* (porca)²⁴.

Nesta conformidade, falar de género, em Kimbundu, implica um esquema de concordância do nome com seu modificador, através de combinatórias, determinadas pelo prefixo de classe do respectivo nome. Dado o facto de o Kimbundu privilegiar a concordância em número, Amélia Mingas, citando Welmers, defende mesmo ser irrelevante a distinção sexual (cf. Mingas, 2000:69).

Como vimos atrás, os nomes são distribuídos em classes, de acordo com o seu prefixo, singular ou plural²⁵. Quando se verifica uma substituição ou adição de prefixo, significa que o nome passa automaticamente a integrar a classe do prefixo que recebe. Por exemplo, o nome *mutudi* (viúva) pertence a classe 1; ao passar para o plural, *atudi*, o nome é integrado na classe 2.

Deste modo, cada prefixo de classe, do singular (*mu-*, *di-*, *ki-*, *i-*, *lu-*, *ka-*, *u-*, *ku-*) ou do plural (*a-*, *mi-*, *ma-*, *i-*, *ji-*, *tu-*), requer um esquema de concordância específico. Esta concordância é feita por meio de uma partícula que se liga ao modificador do nome (cf. Costa, 2006:121), como se pode constatar no quadro que apresentamos:

Classe	Prefixo de Classe	Prefixo de concordância	Exemplo	L. Portuguesa
1	mu-	u-	muhatu umoxi	uma mulher
2	a-	a-	ahatu atatu	três mulheres
3	mu-	u-	mutwe umoxi	uma cabeça
4	mi-	i-	mitwe itatu	três cabeças
5	di-	di-	dibhitu dimoxi	uma porta
6	ma-	ma-	mabhitu matatu	três portas
7	ki-	ki-	kimbi kimoxi	um cadáver

²⁴ As expressões *ndumbe* e *mukaji* significam macho e fêmea, respectivamente. Literalmente, as expressões significam: *hoji ya ndumbe* (leão macho), *hoji ya mukaji* (leão fêmea), *ngulu ya ndumbe* (porco macho), *ngulu ya mukaji* (porco fêmea).

²⁵ Exceptua-se, aqui, o prefixo verbal e os prefixos locativos.

8	i-	i-	imbi itatu	três cadáveres
9	Ø, i-	i-	mbundi imoxi, ixi imoxi	uma ovelha, um país
10	ji-	ji-	jimbudi jítatu, jixi jítatu	três ovelhas, três países
11	lu- ²⁶	lu-	lumweno lumoxi	um espelho
12	ka-	ka-	kaditadi kamoxi	uma pedrinha
13	tu-	tu-	tumatadi tutatu	três pedrinhas
14	u- ²⁶	u-	uta umoxi	uma arma
15	ku- ²⁶	ku-	kufwa kumoxi	uma morte

Quadro 8 – Prefixos de concordância

Adaptado de Quintão (1934:19), segundo o quadro de Fernandes e Ntongo (2002:72)

Uma análise cuidadosa do quadro acima permite-nos aferir a razão de as partículas *lu-*, *u-*, *ku-* (das classes 11, 14 e 15, respectivamente) serem consideradas prefixos de classe. Pensamos que tal se deve ao facto de os nomes de classes marcadas pelas iniciais *lu-*, *u-*, e *ku-* exigirem prefixos de concordância *lu-*, *u-*, e *ku-* nos seus modificadores, como se vê no quadro. Todavia, o plural destas classes e dos seus prefixos de concordância continua a ser feito na classe 6: os prefixos de classe por adição e os de concordância por substituição.

Quanto ao prefixo de concordância de classe 6, como afirma António Fernandes da Costa (2006:125), “Nos dialectos mais dominantes do quimbundo actual, verifica-se a queda do **m** do elemento linguístico de concordância, no plural, [...] sendo tal estrutura apenas definida [...] pelo morfema **a**”, adquirindo o mesmo comportamento das classes 1, 2, 3 e 4, em que os prefixos de concordância são representados apenas pelas vogais dos respectivos prefixos de classe. Deste modo, teremos os seguintes esquemas de concordância:

mabhitu atatu em vez de *mabhitu matatu* (três portas)
malumweno atatu em vez de *malumweno matatu* (três espelhos)
mawta atatu em vez de *mawta matatu* (três armas)
makufwa atatu em vez de *makufwa matatu* (três mortes)²⁷

Como podemos observar, a noção de género em Kimbundu, e noutras línguas bantu, não se circunscreve à oposição binária macho/fêmea, mas a um esquema de concordância de classes.

²⁶ Como vimos atrás, os prefixos das classes 11, 14 e 15 formam o plural na classe 6 (ma-), por adição. Obedecendo ao esquema de concordância, teremos *malumweno matatu*, *mawta matatu*, *makufwa matatu*.

²⁷ cf. Costa (2006:125)

3. METODOLOGIA DA CONSTITUIÇÃO DE *CORPUS* DE TOPÓNIMOS

3.1. Delimitação da Região

De forma a tornar exequível o presente trabalho, houve a necessidade de delimitarmos a zona em que se circunscreve o nosso trabalho. Tivemos inicialmente o propósito de levar a cabo um trabalho a nível de toda a província de Malanje. Todavia, dada a extensão da província e os recursos à nossa disposição (tempo de pesquisa no terreno, capacidade de locomoção e de permanência) para procedermos à recolha de dados, além da finalidade desta dissertação, julgámos sensato redimensionarmos o nosso trabalho. Deste modo, seleccionámos um dos catorze municípios da província de Malanje, neste caso o município com mesmo nome e capital provincial.

O município de Malanje divide-se em três comunas, a comuna sede, igualmente designada de Malanje, a comuna de Ngola Luíje e a comuna de Cambaxe. O mesmo município faz fronteira a Norte com o município de Cuaba Nzoji²⁸, a Sul com o município de Cangandala e com a província do Cuanza Sul, a Leste com o município de Mucari²⁹ e a Oeste com o município de Cacuso. O município possui uma extensão de 2.339,24 km² e está situado numa região planáltica, a uma altitude de 1210 metros, segundo dados do perfil municipal³⁰.

A comuna sede está dividida em cinco sectores, designadamente Cangando, Quéssua, Cambondo do Cuíje, Quissol e Quibinda, além da cidade e das regedorias, que são bairros que surgiram à volta da cidade, nomeadamente Carreira de Tiro, Maxinde, Cangambo, Canâmbua, Catepa, Vila Matilde. A comuna de Ngola Luíje possui ainda o sector de Quimbamba e a comuna de Cambaxe possui o sector de Cambondo de Malanje³¹.

3.2. Tipologia de Documentos

“La constitution de corpus [...] nous conduit à réfléchir aux critères sous-jacents qui interviennent dans la sélection, l’organisation et la systématisation des textes qui seront intégrés dans le corpus” (Costa, 2005).

²⁸ Às vezes grafado *Kiuaba Nzoji* e *Kiwaba Nzoji*.

²⁹ Também designado de Caculama.

³⁰ *Perfil Municipal de Malanje*, 2012:6

³¹ *Perfil Municipal de Malanje*, 2012:6

De forma a dar prossecução ao nosso trabalho, tivemos a necessidade de constituirmos um *corpus* de topónimos da região em estudo. De acordo com François Rastier (in: Williams, 2005:31), Sinclair terá definido *corpus* como um vasto conjunto de palavras. Todavia, Rastier (in: Williams, 2005:31) assevera que “l’objet empirique de la linguistique est fait de textes oraux et écrits, non de mots ou de phrases – qui ne s’observe pas à l’état isolé”. Deste modo, a constituição do *corpus* deve ser feita em função de uma tipologia de textos (Rastier in: Williams, 2005:31).

Para Rute Costa (2005), “L’établissement d’une typologie suppose la classification et la réunion d’un ensemble de textes sous une même étiquette”. Segundo a mesma autora, este conjunto de textos mantêm relações de semelhanças entre si, tanto a nível da microestrutura quanto a nível da macroestrutura (Costa, 2005). Nesta conformidade, convém que os textos que constituem o *corpus* sejam homogéneos, ou seja, partilhem entre si semelhanças, sobretudo no que diz respeito ao objecto de análise. O *corpus* deve igualmente ser objectivo, isto é, deve conformar-se à finalidade do trabalho para o qual é constituído (cf. Rastier in: Williams, 2005:32).

A investigação toponímica pode ser feita a partir de documentos escritos, como mapas cartográficos, documentos administrativos, etc. (cf. Tavares e Isquierdo, 2006:275; Castiglioni, Barros e Isquierdo, 2012:146ss), ou de fontes orais, através de uma pesquisa de campo para se proceder à recolha de dados (Seabra, 2004:43ss,104ss). Com efeito, o *corpus* do presente trabalho é constituído por documentos diversos, entre escritos, recolhidos da Administração Municipal de Malanje e da Direcção Provincial do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola, e orais, recolhidos das Autoridades Tradicionais das três comunas do município.

Não havendo uma base de dados toponímica nem um mapa cartográfico actualizado do município, obtivemos apenas um mapa digital da cidade de Malanje, em escala não especificada, e três grelhas com a divisão administrativa do município, o que não satisfazia os nossos objectivos. Por conseguinte, realizámos três encontros (um em cada comuna) com as Autoridades Tradicionais das diversas aldeias de cada comuna, tendo participado mais de sessenta Autoridades Tradicionais, entre os quais regedores, sobas e seculos. Os referidos encontros tiveram como objectivos recolher topónimos das respectivas comunas, compreender a origem e o significado dos respectivos topónimos. Depois da realização desses encontros, tornou-se possível constituirmos o *corpus* que serve de base ao presente trabalho.

3.3. Apresentação e Discussão de Dados

Ora, o nosso *corpus* é constituído por um total de 173 topónimos, dos quais 93 são de língua Kimbundu, equivalente a 53,75% do total do *corpus*; 58 topónimos de língua Portuguesa, equivalente a 33,52%; e 22 topónimos híbridos, equivalente a 12,71%. Dos 22 topónimos híbridos, 10 topónimos são Kimbundu-Português, 5,78%; 9 topónimos são Português-Kimbundu, 5,20%; 3 topónimos em Português e outra língua³², 1,73% do total do *corpus*.

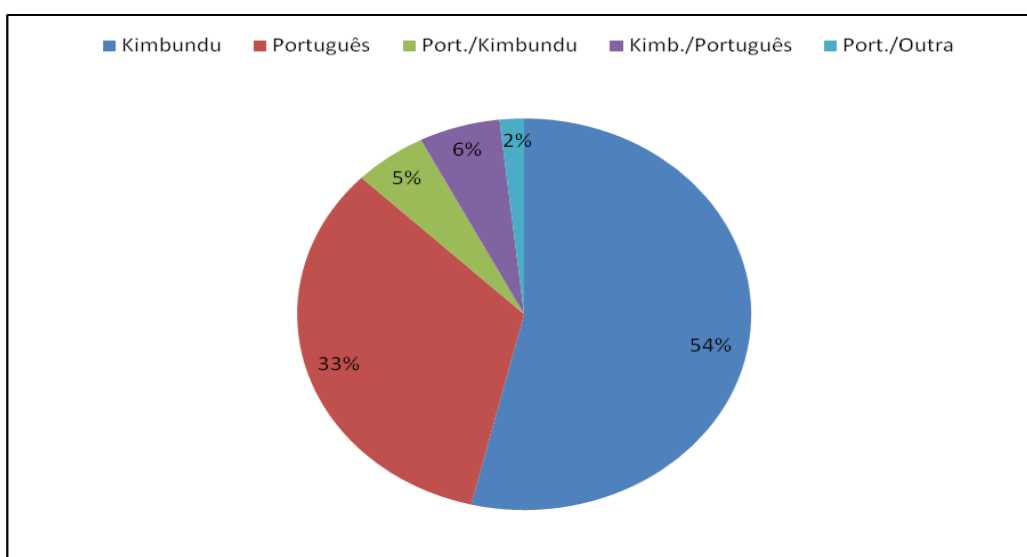


Gráfico 1 – Distribuição percentual dos topónimos, segundo a língua de origem

Os dados apresentados parecem apresentar-nos algum equilíbrio na distribuição dos topónimos nas diversas línguas, sobretudo o Português e o Kimbundu. Contudo, a realidade indica-nos que a área urbana, segundo o nosso *corpus*, apresenta apenas dois topónimos em Kimbundu, nomeadamente a designação da cidade e o antropotopónimo *Hoji ya Henda*. Por outro lado, nas zonas rurais são escassos os topónimos em língua Portuguesa, nestas abundam sobretudo os topónimos em Kimbundu. Entretanto, nas áreas suburbanas pode encontrar-se topónimos quer em Português quer em Kimbundu, sendo estes predominantes.

Dos 173 topónimos recolhidos, seleccionámos 147 para uma base de dados. Os demais topónimos não constam da base de dados por não terem sido alvos de discussão no acto da recolha, em virtude de as autoridades das respectivas localidades não se terem feitos presentes nos encontros organizados com as Autoridades Tradicionais locais. A referida base de dados de topónimos, em formato *Microsoft Excel*, contém os seguintes campos:

³² Consideramos, aqui, outra qualquer língua que não seja o Kimbundu ou o Português. Deste grupo de topónimos dois são Português-Francês e um Português e língua moçambicana.

- ❖ **província:** neste campo identificamos a província onde o respectivo topónimo foi recolhido, portanto, a província de Malanje.
- ❖ **Língua:** marca a língua de origem do topónimo – Kimbundu, Português ou outra.
- ❖ **Topónimo:** designa o objecto em análise.
- ❖ **transcrição fonética:** procura-se descrever o modo como determinado topónimo de origem Kimbundu é pronunciado, em Kimbundu e de forma aportuguesada.
- ❖ **variante gráfica:** apresenta-se outras formas possíveis em que o topónimo aparece grafado, sempre que houver.
- ❖ **proposta de grafia (Kimbundu/Português):** apresenta-se o nosso parecer sobre a grafia de um dado topónimo em Kimbundu e em Português, respectivamente.
- ❖ **definição:** procura-se apresentar o significado do topónimo de origem Kimbundu em português
- ❖ **classificação:** apresenta-se a classificação taxonómica do topónimo segundo Dick.

	B	C	D	E	F	G	H	I	J
	Língua	Topónimo	Transcrição Fonética	Variante Gráfica	Proposta de Grafia K.	Proposta de Grafia Port.	Definição	Classificação	
1	Kimbundu	Malanje	[malanʒ(ò) [mɛ 'lɛʒɨ]	Malanje/Malanji	Malanji	Malanje	pedras?	litotopónimo	
2	Kimbundu	Ngola* Lutje	[ngola lwɨʒ(ò) ['ngole 'lwɨʒɨ]	Ngola Lutji	Ngola Lwiji	N'gola Lutje	designação de um rio	hidrotopónimo	
3	Kimbundu	Micanda	[mikanda] [mi 'kɛde]	Mikanda	Mikanda	Micanda	cartas	ergotopónimo	
4	Kimbundu	Mucongo	[mukɔŋgo] [mu 'kôgu]	Mukongo	Mukongo	Mucongo	caçador	sociotopónimo	
5	Kimbundu	Quirri/Quididi	[kɨdɨdɨ] [ki 'ni]	Kirri/Kididi	Kididi	Kirri	lugar	dirrematopónimo	
6	Kimbundu	Quissanje	[kisanʒɨ] [ki 'sɛʒɨ]	Kisanji	Kisanji	Quissanje	instrumento musical da região	ergotopónimo	
7	Kimbundu	Quhunga*	[kɨhɔŋga] ['kɨŋge]	Khunga	Khunga	Quhunga	espécie de insecto comestível	zootopónimo	
8	Kimbundu	Lau	[lahu] [law]	Lahu	Lahu	Lahu	lagarto	zootopónimo	
9	Kimbundu	Gumba	[gɔmba] ['gɔba]	Ngumba	Ngumba	N'gumba	filho único	dirrematopónimo	
10	Kimbundu	Gurvo	[gɔrvu] ['gɔvu]	Nguru	Nguru	N'guru	hipopótamo	zootopónimo	
11	Kimbundu	Quingungo	[kɨŋɔŋɔ] [ki 'ŋɔŋu]	Kingungu	Kingungu	Quingungo	eco	dirrematopónimo	
12	Kimbundu	Quina	[kina] ['kɨne]	Kima	Kima	Quina	macaco	zootopónimo	
13	Kimbundu	Camatemo	[kamatemo] [kɛmɛ 'temu]	Kamatemu	Kamatemu	Camatemo	encadas	ergotopónimo	
14	Kimbundu	Camueia	[kamweja] [ka 'mweje]	Kamweya	Kamweya	Camueia	espécie de árvore frutífera	fitotopónimo	
15	Kimbundu	Pombo	[pɔmbu] [pɔbu]	Pombo	Pombo	Pombo	macaco	zootopónimo	
16	Kimbundu	Cabombo	[kambombo] [kɛ 'bɔbu]	Kambombo?	Kambombo	Cabombo	mandioca demolhada	fitotopónimo	
17	Kimbundu	Quimbamba	[kɨmbamba] [ki 'bɛbe]	Kimbamba	Kimbamba	Quimbamba	haveres, bagagens	ergotopónimo	
18	Kimbundu	Quimaco	[kimaku] [ki 'meku]	Kimaku	Kimaku	Quimaco	sinal, ponto de referência	dirrematopónimo	
19	Kimbundu	Quimonha	[kimɔŋha] [ki 'mɔŋe]	Kimonya	Kimonya	Quimonha	preguiçoso	antropotopónimo	
20	Kimbundu	Fumba	[fɔmba] [fɔbe]	Fumba	Fumba	Fumba	dar alguma coisa menos do que	antropotopónimo	
21	Kimbundu	Cassefo	[kasefu] [ke 'sefu]	Kasefu	Kasefu	Cassefo	espécie de animal ruminante bo	zootopónimo	
22	Kimbundu	Cauenda	[kawenda] [kɛwɛde]	Kawenda	Kawenda	Cauenda	pau-de-fleita, cumeira	fitotopónimo	
23	Kimbundu	Luma	[luma] ['lumɛ]	Luma (kɔhuma)	Luma	Luma	rumor de chuva, ribombar	meteorotopónimo	
24	Kimbundu	Dimba	[dimba] ['dibe]	Dimba	Dimba	Dimba	instrumento musical da região	ergotopónimo	
25	Kimbundu	Ndeia*	[ndeja]	Ndeya	Ndeya	N'deia	corruptela de aldeia	politopónimo	
26	Kimbundu	Camujeje	[kamweʒɨ] [ke 'mweʒɨ]	Kamweji	Kamweji	Camujeje	lugar	astrotopónimo	
27	Kimbundu	Catende	[katende] [ketɛde]	Katende	Katende	Catende	lagartixa	zootopónimo	

Figura 1 – Base de dados de topónimos

O facto de a maior parte dos topónimos não apresentar fontes escritas fez com que adoptássemos uma forma de escrita para os referidos topónimos. Assim sendo, a forma adoptada é aportuguesada, conforme o Decreto n.º 339/70, de 16 de Julho, e o Decreto n.º 50/71, de 23 de Fevereiro, em que todos os topónimos com origem nas línguas locais são aportuguesados. Sempre que este critério não é respeitado, pelo facto de a forma original ser preservada na oralidade, o respectivo topónimo aparece marcado com um asterisco. O

topónimo Malanje grafou-se sempre com <j> e não com <g>, como rezam os já citados documentos.

Do ponto classificatório, distribuámos os topónimos segundo o modelo de Dick apresentado no primeiro capítulo. Deste modo, os topónimos recolhidos distribuem-se pelas seguintes classes taxionómicas: animotopónimo, antropotopónimo, astrotopónimo, axiotopónimo, corotopónimo, cromotopónimo, cronotopónimo, dirrematopónimo, ergotopónimo, fitotopónimo, hagiopónimo, hidrotopónimo, hierotopónimo, historiotopónimo, hodotopónimo, litotopónimo, meteorotopónimo, mitotopónimo, numerotopónimo, poliotopónimo, sociotopónimo, somatopónimo e zootopónimo. Os gráficos que se seguem mostram-nos a incidência dos topónimos por cada uma das classes taxionómicas referidas.

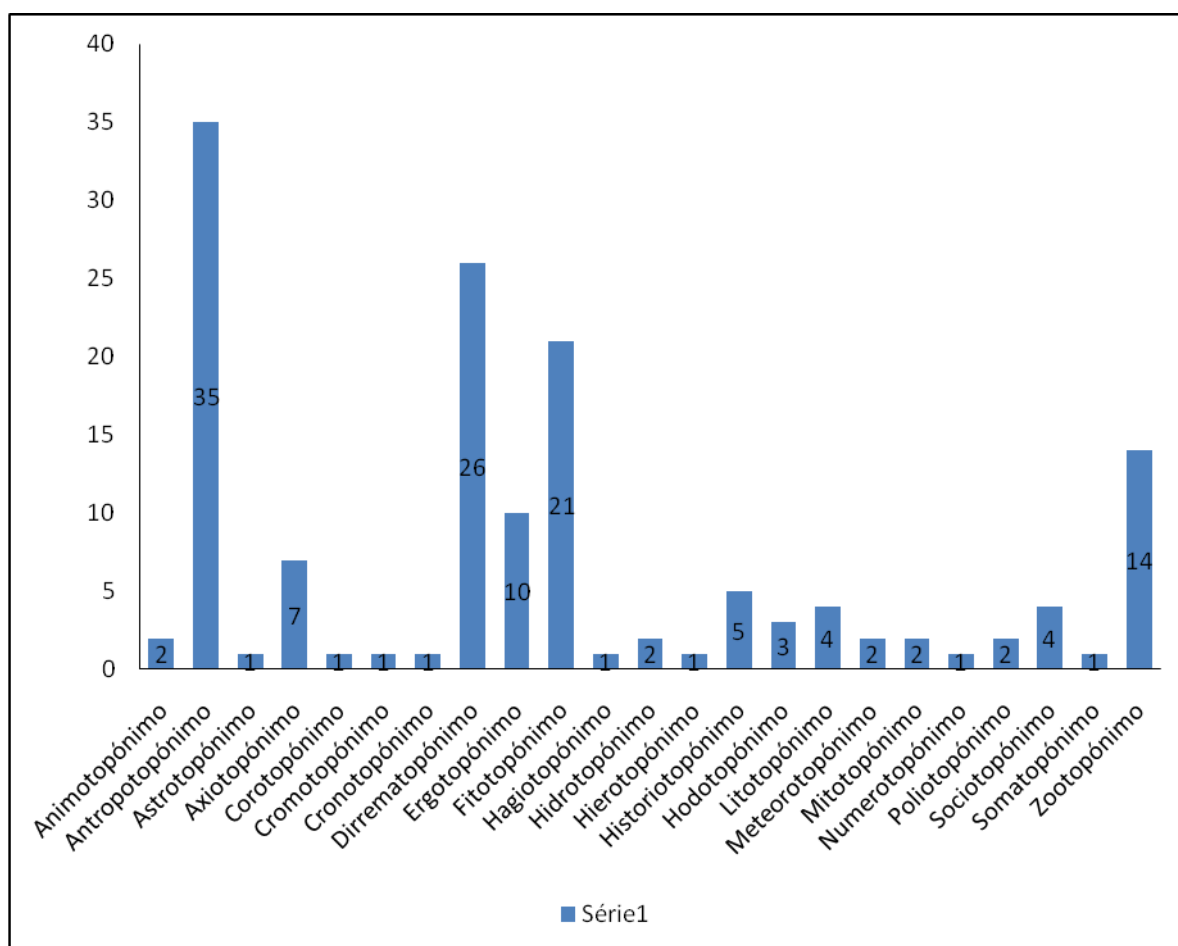


Gráfico 2 - Distribuição numérica dos topónimos por classes taxionómicas

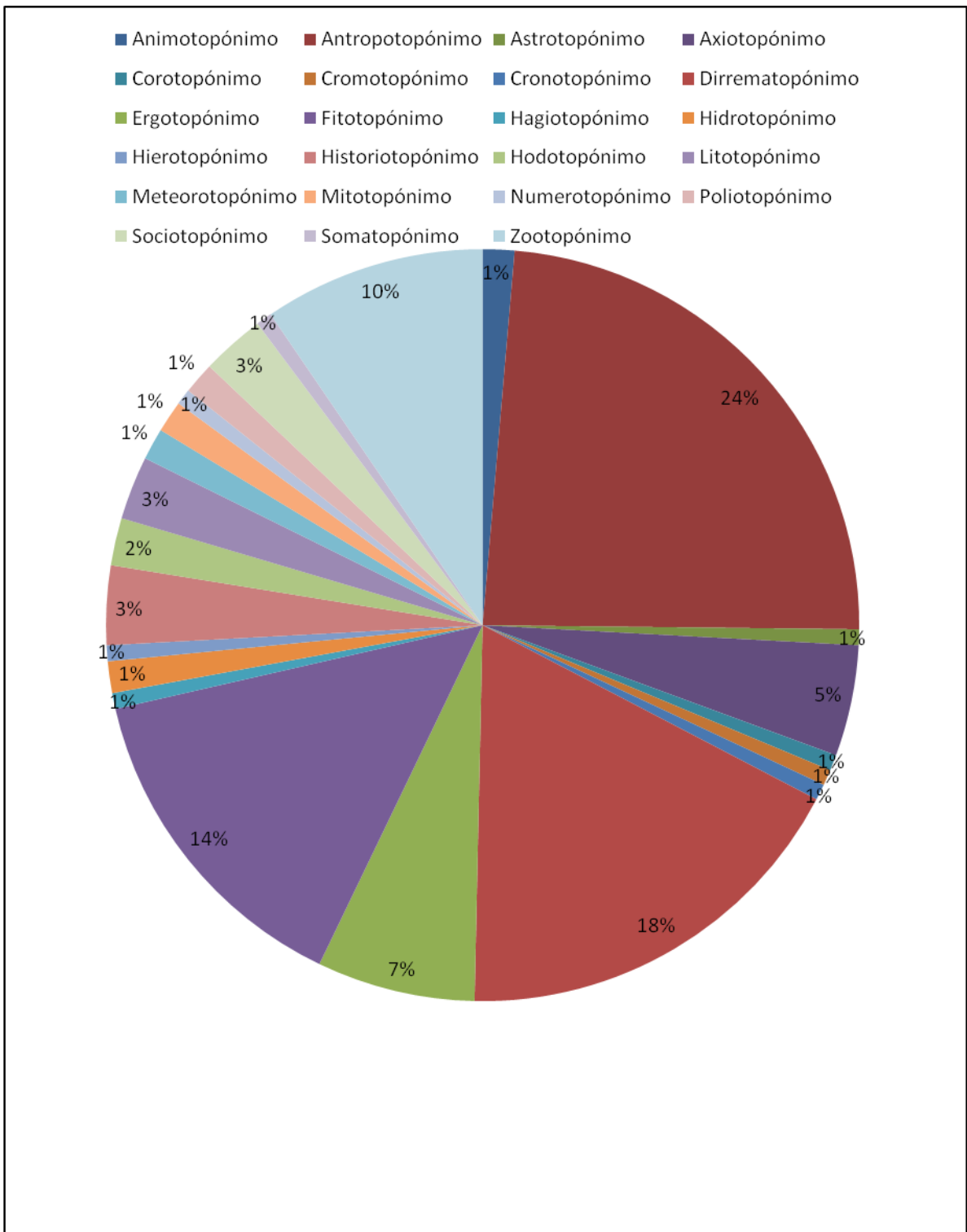


Gráfico 3 - Distribuição percentual dos topónimos por classes taxionómicas

Dos 147 topónimos reunidos em base de dados, destacámos 120 topónimos num quadro, que serão alvos de uma análise mais cuidadosa. Eis, a seguir, o quadro de topónimos:

N.º	Língua de origem	Topónimo	Forma original	Estrutura Morfológica	Significado
01	Kimbundu	Malanje	Malanji	N [Spl]	pedras
02	Kimbundu	Ngola* Luíje	Ngola Lwiji	NC[Ssing + Ssing]	pedaços de ferro - rio
03	Kimbundu	Cambaxe	Kambaxi	N[Ssing]	cágado
04	Kimbundu	Micanda	Mikanda	N[Spl]	cartas
05	Kimbundu	Mucongo	Mukongo	N[Ssing]	caçador
06	Kimbundu	Quiríri	Kididi	N[Ssing]	lugar
07	Kimbundu	Quissanje	Kisanji	N[Ssing]	instrumento musical
08	Kimbundu	Quihunga*	Kihunga	N[Ssing]	espécie de insecto
09	Kimbundu	Lau	Lahu	N[Ssing]	lagarto
10	Kimbundu	Gumba	Ngumba	N[Ssing]	filho único
11	Kimbundu	Guvo	Nguvu	N[Ssing]	hipopótamo
12	Kimbundu	Quingungo	Kingungu	N[Ssing]	eco
13	Kimbundu	Quima	Hima	N[Ssing]	macaco
14	Kimbundu	Camatemo	Kamatemu	N[Ssing]	enxadas
15	Kimbundu	Camueia	Kamweya	N[Ssing]	espécie de árvore frutífera
16	Kimbundu	Pombo	Pombo	N[Ssing]	macaco
17	Kimbundu	Cabombo	Kambombo	N[Ssing]	mandioca demolhada
18	Kimbundu	Quimbamba	Kimbamba	N[Ssing]	carga, bagagem
19	Kimbundu	Quimaco	Kimaku	N[Ssing]	sinal, ponto de referência
20	Kimbundu	Quimonha	Kimonya	N[Ssing]	preguiçoso
21	Kimbundu	Fumba	(Ku)Fumba	V	dar alguma coisa menos do que o devido; prejudicar
22	Kimbundu	Cassefo	Kasefu	N[Ssing]	espécie de animal ruminante bovídeo
23	Kimbundu	Cauenda	Kawenda	N[Ssing]	pau-de-fileira, cumeeira
24	Kimbundu	Luma	Luma (kuluma)	N[Ssing]	rumor de chuva, ribombar
25	Kimbundu	Dimba	Dimba	N[Ssing]	instrumento musical da região
26	Kimbundu	Ndeia*	Ndeya	N[Ssing]	corruptela de aldeia
27	Kimbundu	Camueje	Kamweji	N[Ssing]	luar
28	Kimbundu	Catende	Katende	N[Ssing]	lagartixa
29	Kimbundu	Tuma	(Ku)Tuma	V	determinar, mandar, ordenar

30	Kimbundu	Quinjango	Kinjangu	N[Ssing]	catana
31	Kimbundu	Caluhia*	Kaluhia	N[Ssing]	espécie de planta
32	Kimbundu	Lombe	Kulombela	V	rogar
33	Kimbundu	Cassequele	Kasekele	N[Ssing]	areia
34	Kimbundu	Quiala	Kyala	N[Ssing]	homem
35	Kimbundu	Camilemba	Kamilemba	N[Prefsing + Spl]	espécie de árvore típica da região
36	Kimbundu	Quizela	Kizela	N[ADJsing]	de cor branca
37	Kimbundu	Camilungo	Kamilungu	N[Prefsing + Spl]	espécie de planta, erva-moira
38	Kimbundu	Cajimbinza	Kajimbinza	N[Prefsing + Spl]	camisa
39	Kimbundu	Candende	Kandende	N[Ssing]	dendém
40	Kimbundu	Quifucussa	Kifukusa	N[Ssing]	significado incerto
41	Kimbundu	Zumba-ia-Ganga*	Nzumba ya Nganga	NC[Ssing + Prep + Ssing]	eclipse do feiticeiro
42	Kimbundu	Quiçama	Kisama	N[Ssing]	archote, facho, tocha
43	Kimbundu	Casembele	Kasembele	N[ADJsing]	sofrível suportável
44	Kimbundu	Quissol	Kisole	N[Ssing]	espécie de árvore local
45	Kimbundu	Camembe	Kamembe	N[Prefsing + Spl]	rolas
46	Kimbundu	Caiala	Ka(di)yala	N[Ssing]	adolescente;
47	Kimbundu	Candumbu	Kandumbu	N[ADJsing]	Devasso, dissoluto
48	Kimbundu	Cassanje Caluama	Kasanji Kalowama	NC[Ssing + ADJsing]	galinha enlameada
49	Kimbundu	Casembala	Kasembala	N[Ssing]	repouso, alívio
50	Kimbundu	Calunga Camalemba	Kalunga ka Malemba	NC[Ssing + Prep + Ssing]	morte do tio
51	Kimbundu	Catunga	Katunga	V	trabalhar, construir, morar
52	Kimbundu	Quemba	Kemba	N[Ssing]	alegria
53	Kimbundu	Camitango	Kamitangu	N[Prefsing + Spl]	ramos
54	Kimbundu	Quinguila	Kingila	V	esperar
55	Kimbundu	Pata	Pata	N[Ssing]	dúvida
56	Kimbundu	Cangambo	Kangambu	N[Ssing]	espécie de árvore
57	Kimbundu	Cula Muxito	(Kubu)Kula Muxito	NC[V + Ssing]	abate de árvore
58	Kimbundu	Camoma Ngando	Kamoma Ngandu	NC[Ssing+Ssing]	cobra-jacaré

59	Kimbundu	Quissonde	Kisonde	N[Ssing]	formiga vermelha
60	Kimbundu	Dungo	Ndungu	N[Ssing]	pimenta, picante
61	Kimbundu	Candendo	Kandendu	N[Ssing]	espécie de arbusto
62	Kimbundu	Camibafo	Kamibafu	N[Prefsing + Spl]	espécie de árvore frutífera e medicinal, incenso
63	Kimbundu	Muhemba*	Muhembya	N[Ssing]	malva
64	Kimbundu	Cahunje*	Kahunji	N[Ssing]	protesto
65	Kimbundu	Caminzaje	Kaminzaji	N[Prefsing + Spl]	relâmpago, trovoadas, raio
66	Kimbundu	Canâmbua	Kanambwa	N[Ssing]	sorte na caça, deusa dos caçadores
67	Kimbundu	Cajimbenza	Kajimbenza	N[Prefsing + Spl]	cadeira
68	Kimbundu	Camissoxe	Kamisoxi	N[Prefsing + Spl]	dormideiras
69	Kimbundu	Quibaba	Kibaba	N[Ssing]	casca de árvore
70	Kimbundu	Maxinde	Maxinde	N[Spl]	terreno inculto
71	Kimbundu	Camissombo	Kamisombo	N[Prefsing + Spl]	árvore típica da região
72	Kimbundu	Camatende	Kamatende	N[Prefsing + Spl]	espécie de lagartixa
73	Kimbundu	Camacondeca	Kamakondeca	N[Prefsing+Spl]	respeito, louvor, bênção
74	Português	Cem	Cem	Nmr	-----
75	Português	Papel	Papel	N[Ssing]	-----
76	Português	Vila Matilde	Vila Matilde	NC[Ssing + Ssing]	-----
77	Português	Bela Fama	Bela Fama	NC[ADJsing + Ssing]	-----
78	Português	Passagem	Passagem	N[Ssing]	-----
79	Português	Toma de Água	Toma de Água	NC[Ssing + Prep + Ssing]	-----
80	Português	Terra Nova	Terra Nova	NC[Ssing + ADJsing]	-----
81	Português	Fonte do Amor	Fonte do Amor	NC[Ssing + Prep + Ssing]	-----
82	Português	Campo de Aviação	Campo de Aviação	NC[Ssing + Prep + Ssing]	-----
83	Português	Carreira de Tiro	Carreira de Tiro	NC[Ssing + Prep + Ssing]	-----
84	Português	Gazela	Gazela	N[Ssing]	-----
85	Português	10 de Dezembro	10 de Dezembro	NC[Nmr + Prep + Ssing]	-----
86	Português	Ilídio Machado	Ilídio Machado	NC[Ssing +	-----

				Ssing]	
87	Português	Soldado Desconhecido	Soldado Desconhecido	NC[Ssing + ADJsing]	-----
88	Português	Pioneiro Augusto	Pioneiro Augusto	NC[Ssing + Ssing]	-----
89	Português	Louro Gama	Louro Gama	NC[Ssing + Ssing]	-----
90	Português	FAPLA	FAPLA	Acrón	Forças Armadas Popular de Libertação de Angola
91	Português	Sacadura Cabral	Sacadura Cabral	NC[Ssing + Ssing]	-----
92	Português	Comandante Movimento	Comandante Movimento	NC[Ssing + Ssing]	-----
93	Português	Manuel Nunes	Manuel Nunes	NC[Ssing + Ssing]	-----
94	Português	Santo António	Santo António	NC[ADJsing + Ssing]	-----
95	Português	Governador Silva de Carvalho	Governador Silva de Carvalho	NC[Ssing + Ssing + Prep + Ssing]	-----
96	Português	Luís de Camões	Luís de Camões	NC[Ssing + Prep + Ssing]	-----
97	Português	Rua da Mão	Mão	N [Ssing]	-----
98	Português	Djalma de Azevedo	Djalma de Azevedo	NC[Ssing + Prep + Ssing]	-----
99	Português	Major Sales de Brito	Major Sales de Brito	NC[Ssing + Ssing + Prep + Ssing]	-----
100	Português	Duarte Pacheco Pereira	Duarte Pacheco Pereira	NC[Ssing + Ssing + Ssing]	-----
101	Português	Serpa Pinto	Serpa Pinto	NC[Ssing + Ssing]	-----
102	Português	Capelo Ivens	Capelo e Ivens	NC [Ssing + Ssing]	-----
103	Português	Miguel Bombarda	Miguel Bombarda	NC[Ssing + Ssing]	-----
104	Português	Largo Vaz Osório	Largo Vaz Osório	NC[Ssing + Ssing + Ssing]	-----
105	Português	Avenida dos Combatentes	Avenida dos Combatentes	NC[Ssing + Prep + Art + Spl]	-----
106	Português	Alda Lara	Alda Lara	NC[Ssing + Ssing]	-----
107	Português	Infante Sagres	Infante de Sagres	NC[Ssing + Prep + Ssing]	-----
108	Português	Jornalista Correia de	Jornalista Correia de Freitas	NC[Ssing + Ssing + Prep +	-----

		Freitas		Ssing]	
109	Português	Tomás Vieira da Cruz	Tomás Vieira da Cruz	NC[Ssing + Ssing + Prep + Art + Ssing]	-----
110	Português	Estrada Nacional 230	Estrada Nacional 230	NC[Ssing + ADJsing + Nmr]	-----
111	Português	15 de Agosto	15 de Agosto	NC[Nmr + Prep + Ssing]	-----
112	Port./ Kimbundu	Desvio do Quissol	Desvio do <i>Kisole</i>	NC[Ssing + Prep + Art + Ssing]	espécie de árvore local
113	Port./ Kimbundu	Pedro Mufuma	Pedro <i>Mufuma</i>	NC[Ssing + ADJsing]	afamado, famoso
114	Port./ Kimbundu	Rio Cangambo	Rio <i>Kangambu</i>	NC[Ssing + Ssing]	espécie de árvore
115	Port./ Kimbundu	Rio Canâmbua	Rio <i>Kanambwa</i>	NC[Ssing + Ssing]	sorte na caça, deusa dos caçadores
116	Port./ Kimbundu	Avenida Hoji ya Henda	Avenida <i>Hoji ya Henda</i>	NC[Ssing + Ssing + Prep + Ssing]	leão de amor, leão de misericórdia
117	Kimb./ Português	Camatete de Baixo	<i>Kamatete</i> de Baixo	NC[Ssing + Prep + ADV]	papas, restos de comida
118	Kimb./ Português	Mucaza de Baixo	Mukaza de Baixo	NC[Ssing + Prep + ADV]	Significado incerto
119	Kimb./ Português	Carianga do Meio	<i>Kadyanga</i> do Meio	NC[Ssing + Prep + ADV]	Primeiro, dianteiro
120	Kimb./ Português	Catombe de Baixo	<i>Ka(di)tombe</i> de Baixo	NC[Ssing + Prep + ADV]	Palmeira do Jordão, bordão

Quadro 9 - Quadro de topónimos

3.3.1. Estrutura morfológica dos topónimos

No que diz respeito à estrutura morfológica, dos cento e vinte topónimos apresentados no quadro anterior, 72 apresentam forma simples, 47 apresentam forma composta e 1 é acrónimo. Do conjunto dos 72 topónimos simples, 32 são derivados e os outros 40 apresentam formas de base³³.

³³ Para os topónimos de origem Kimbundu, consideramos forma de base o radical ligado ao prefixo de classe ao qual aparece sempre ligado. Sempre que o radical aparece ligado a outro prefixo, consideramos um caso de derivação por substituição.

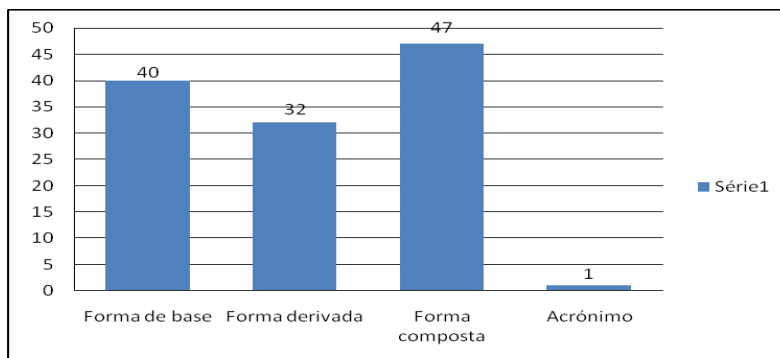


Gráfico 4 - Distribuição dos topónimos, segundo a sua estrutura

3.3.1.1. Topónimos derivados

Todos os topónimos derivados são, pois, de origem Kimbundu, não havendo, portanto, topónimos derivados de origem portuguesa. As combinações comuns são [Pref + Pref + Rad] e [Pref + Ø + Rad], como se vê no quadro a seguir:

Tipo de formação	Quantidade	Exemplos
Pref + Pref + Rad	13	Camatemo, Camueia, Camueje, Camilemba, Cajimbinza, Camembe, Camibafo, Caminzaje, Cajimbenza, Camissoxe, Camissombo, Camatende, Camacondeca.
Pref + Ø + Rad	16	Cambaxi, Quima, Cabombo, Cassefo, Catende, Quinjango, Cassequel Candende, Cassembele, Candumbu, Cassembala, Catunga, Cangambo, Candendo, Cahunje, Canânbua.
Pref + Rad	3	Quima, Quiala, Caiala.

Quadro 10 - Topónimos formados pelo processo de derivação

Ainda no que diz respeito ao processo de derivação dos topónimos³⁴, temos a destacar determinadas combinações de prefixos sobre as quais nos debruçaremos mais adiante. Todavia, de forma geral, grande parte dos topónimos de origem Kimbundu recolhidos começa pelos prefixos de classe 7 e 12, respectivamente *ki-* e *ka-*, este último mais abundante.

³⁴ Nesta análise temos em conta apenas os topónimos de origem Kimbundu.

Classe	Prefixo de Classe	Exemplo	Estrutura Moorfológica	Forma corrente	Forma aportuguesada
7	ki-	Kingungu	ki+ngungu	kingungu	Quingungo
		Kyala	ki+yala	Dyala	Quiala
		Kisanji	ki+sanji	Kisanji	Quissanje
		Kinjangu	ki+njangu	Njangu	Quinjango
		Kimbamba	ki+mbamba	kimbamba	Quimbamba
		Kimaku	ki+maku	Kimaku	Quimaco
		Kima	ki+hima	Hima	Quima
12	ka-	Kambaxi	ka+Ø+mbaxi	Mbaxi	Cambaxe
		Kambombo	ka+Ø+mbombo	mbombo	Cabombo
		Kamatemu	ka+ma+temu	Ditemu	Camatemo
		Kamweya	ka+mu+eya	Mweya	Camueia
		Kamweji	ka+mu+eji	Mweji	Camueje
		Kasekele	ka+sekele	Sekele	Cassequele
		Kamisombo	ka+mi+sombo	musombo	Camissombo
		Kamitangu	ka+mi+tangu	Tangu	Camitango

Quadro 11 – Topónimos formados pelos prefixos *ki-* e *ka-*

Conforme o quadro acima, os prefixos *ki-* e *ka-* ocorrem frequentemente em topónimos. Convém realçar que o prefixo *ka-* marca o diminutivo, em Kimbundu, e o prefixo *ki-* é, por vezes, usado para marcar o grau aumentativo dos nomes (cf. Costa, 2006:124). Todavia, tal não sucede nos topónimos, ou seja, os falantes nativos não reconhecem o valor diminutivo/aumentativo destes prefixos nos topónimos.

António Fernandes da Costa, efectuando uma análise à proposta de quadro de prefixos apresentada por José Luís Quintão, tendo como referência o exemplo *kaditadi/tuditadi*, afirma o seguinte:

“Antes de o nome adquirir o valor correspondente [*sic*] à semântica do diminutivo, ele pertence a uma determinada classe diferente da 10.^a, a cujo mecanismo de funcionamento obedece. O termo **ditadi** a que o autor recorre para a ilustração da classe do diminutivo é tomado da 4.^a classe. Tem como especificador de classe o morfema **di**, como se observa na fronteira inicial do próprio termo, e forma o plural em **ma**, **ditadi** (pedra)/ **matadi** (pedras). Assim, plural do diminutivo não será **tuditadi**, conforme o autor da proposta em análise sugere, mas sim, **tumatadi**. O autor associa o singular do termo ao plural do diminutivo do mesmo, o que é inaceitável, em quimbundo. Pois, o nome mantém a estrutura anterior à aplicação do diminutivo”³⁵ (Costa, 2006:124).

³⁵ António Fernandes da Costa toma como referência o quadro de prefixos apresentado por Quintão, que é similar ao quadro de Héli Chatelain. Como já prevenimos, a classificação dos prefixos que nos serve de referência é a apresentada por João Fernandes e Zavoni Ntondo (2002). A 4.^a classe de Quintão a que o autor faz referência corresponde às classes 5 e 6 de Fernandes e Ntondo, e a 10.^a classe às classes 12 e 13.

Da citação acima transcrita podemos aferir que Costa defende que a combinação de um prefixo plural com um nome singular, em Kimbundu, é inaceitável. Assim sendo, baseado na lógica do autor, o inverso também seria inaceitável, ou seja, a combinação de prefixo singular com um nome plural. Isto acontece porque, como o autor faz referência, “o nome mantém a estrutura anterior à aplicação do diminutivo” (Costa, 2006:124). Dado o facto de os diminutivos serem palavras derivadas – nestes casos, derivados por adição de prefixo (cf. Fernandes e Ntongo, 2002:77-78) –, o prefixo que marca o diminutivo deve concordar em número com o nome a que se junta, como representado abaixo:

[Prefsing+Nsing] ou [Prefpl+Npl]

Kaditadi = ka-[prefsing] + ditadi[Nsing]

Tumatadi = tu-[prefpl] + matadi[Npl]

Todavia, uma análise dos topónimos recolhidos mostra-nos ser frequente a ocorrência de nomes derivados que não obedecem à combinatória acima representada. Topónimos como Camueia (*Kamweya*) e Camueje (*Kamweji*), por exemplo, obedecem à lógica do pensamento de Costa, já que combinam prefixo singular com nome singular. Porém, topónimos como Camilungo (*Kamilungu*), Camilemba (*Kamilemba*), Camissombo (*Kamisombo*), Camitango (*Kamitangu*), Camatemo (*Kamatemu*), Camahaxe (*Kamawhaxi*), Camatende (*Kamatende*), Cajimbenza (*Kajimbenza*) e Cajimbinza (*Kajimbinza*) não se adequam ao princípio defendido por Costa, uma vez que combinam prefixo singular com nome plural, apresentando, portanto, o seguinte esquema:

[Prefsing + Npl]

Ka-[Prefsing] + milemba[Npl]

Ka-[Prefsing] + jimbenza[Npl]

Aliás, como referimos atrás, quando ocorrem em topónimos, o prefixo *ka-* parece perder o significado de diminuição, que lhe é característico na língua corrente, e mais parece designar o lugar onde existe determinada coisa ou lugar onde incide certo fenómeno. Por exemplo, *Kamisombo* designará o lugar onde existem *musombos*, e *Kaminzaji* designará o lugar onde incidem os raios. Só deste modo poderemos compreender a formação destes nomes na língua Kimbundu. Aliás, na língua Kimbundu é frequente a presença do prefixo *ka-* em nomes próprios, sobretudo em antropónimos como, por exemplo, Kakulu, Kabasa, Kakinda, Kambila, Kasesa, Kabulu, Kangulu, Kanzala, Kazola, Kakuji, etc.

3.3.1.2. Topónimos compostos

Quanto aos 47 topónimos compostos, todos são formados por justaposição, isto é, congregam mais de uma palavra, conservando cada uma o seu acento tónico. Grande maioria destes topónimos é de origem antroponímica. Neste aspecto, as combinações substantivo-substantivo e substantivo-preposição-substantivo são as mais frequentes. Nos topónimos *Infante Sagres* e *Capelo Ivens*, verifica-se a omissão da preposição *de* e da conjunção *e*, respectivamente.

Tipo de formação	Quantidade	Exemplos
<i>S + S</i>	15	Camoma Ngando, Vila Matilde, Serpa Pinto, Capelo [e] Ivens, Miguel Bombarda.
<i>S + Prep + S</i>	9	Zumba-ia-Ganga, Calunga Camalemba, Toma de Água, Fonte do Amor, Carreira de Tiro, Campo de Aviação, Luís de Camões.
<i>S + ADJ</i>	4	Cassanje Caluama, Soldado Desconhecido, Terra Nova.
<i>ADJ + S</i>	2	Bela Fama, Santo António.
<i>S + S + Prep + S</i>	4	Governador Silva de Carvalho, Major Sales de Brito.
<i>S + S + S</i>	2	Duarte Pacheco Pereira, Largo Vaz Osório.
<i>S + Prep + Art + S</i>	2	Desvio do Quissol, Avenida dos Combatentes.
<i>S + S + Prep + Art + S</i>	1	Tomás Vieira da Cruz.
<i>S + ADJ + Nmr</i>	1	Estrada Nacional 230.
<i>S + Prep + ADV</i>	4	Carianga do Meio, Catombe de Baixo.
<i>Nmr + Prep + S</i>	2	15 de Agosto, 10 de Dezembro.
<i>V + S</i>	1	Cula Muxito.

Quadro 12 – Topónimos formados pelo processo de composição

3.4 Fichas Lexicográfico-Toponímicas³⁶

(01) Topónimo: MALANJE	Classificação: <i>Litotopónimo</i>
<p>Comuna: Malanje</p> <p>Acidente: humano (comuna, cidade); físico (rio)</p> <p>Origem: Kimbundu [Malanji]</p> <p>Estrutura morfológica: N [Spl]</p> <p>Nota: O topónimo Malanje (também grafado Malange) deriva do Kimbundu antigo “malanji”, combinando o prefixo plural <i>ma-</i> de classe 6 e o radical <i>lanji</i>, que significa pedra, rocha. Deste modo, o singular de <i>malanji</i> seria <i>dilanji</i>. Constatou-se, entretanto, a não existência do referido radical no Kimbundu actual. A unidade lexical com o mesmo significado no Kimbundu actual é <i>ndanji</i>, marcada pelo prefixo Ø de classe 9, no singular, e pelo prefixo <i>ji-</i> de classe 10, no plural. Há quem levante a hipótese deste topónimo ter evoluído da expressão Kimbundu <i>malaji</i>, que significa malucos, dando-se, portanto, a nasalização da vogal [a] da segunda sílaba (<i>malaji</i><<i>malanji</i><<i>malanje</i>) e, posteriormente, a evolução da vogal [i] final para a central fechada [ɨ]. Malanje designa o rio que dá nome à cidade, à comuna, bem como à província.</p>	

(02) Topónimo: CAMBAXE	Classificação: <i>Zootopónimo</i>
<p>Comuna: Cambaxe</p> <p>Acidente: humano (comuna); físico (rio)</p> <p>Origem: Kimbundu [Kambaxi]</p> <p>Estrutura morfológica: N [Ssing]</p> <p>Nota: O topónimo Cambaxe tem origem na unidade lexical “kambaxi” do Kimbundu, formada pelo prefixo de classe 12 <i>ka-</i> e o radical <i>mbaxi</i>, que significa cágado. Cambaxe designa um rio em que abundavam cágados e designa igualmente a comuna por onde passa o referido rio.</p>	

(03) Topónimo: NGOLA LUÍJE	Classificação: <i>Hidrotopónimo</i>
<p>Comuna: Ngola Luíje</p> <p>Acidente: humano (comuna); físico (rio)</p> <p>Origem: Kimbundu [Ngola Lwiji]</p> <p>Estrutura morfológica: NC [Ssing+Ssing]</p> <p>Nota: O topónimo Ngola Luíje tem origem nas palavras “ngola” e “kilwiji” do Kimbundu. Segundo Zau (2002:45), <i>Ngola</i>, que também é o título do rei do Ndongo, significa pequenos pedaços de ferro. <i>Kilwiji</i>, por sua vez, significa rio. <i>Ngola</i> e <i>Kilwiji</i> designam dois rios que passam pela circunscrição geográfica à qual emprestam os nomes.</p>	

³⁶ As fichas apresentadas foram adaptadas a partir do modelo de Seabra (2004).

(04) Topónimo: CAMILEMBA	Classificação: <i>Fitotopónimo</i>
<p>Comuna: Cambaxe Acidente: físico (rio); humano (povoação) Origem: Kimbundu [Kamilemba] Estrutura morfológica: N [Prefs+Spl] Nota: O topónimo Camilemba provém do Kimbundu “Kamilemba”, formado pelo prefixo de classe 12 <i>ka-</i>, o prefixo de classe 4 <i>mi-</i> e o radical <i>lemba</i>, designando uma espécie de árvore frondosa típica da região. <i>Camilemba</i> designa, em primeira instância, um rio e uma povoação à margem do mesmo.</p>	

(05) Topónimo: CULA MUXITO	Classificação: <i>Fitotopónimo</i>
<p>Comuna: Malanje Acidente: humano (bairro); físico (lagoa) Origem: Kimbundu [Kula Muxitu] Estrutura morfológica: NC [V+Ssing] Nota: Cula Muxito tem origem na expressão da língua Kimbundu “(kubu)kula muxitu”, significando “devastar árvore”. Portanto, <i>kula muxitu</i> significará devastação de árvore. O topónimo designa uma localidade onde havia uma floresta de eucaliptos. Do abate que os eucaliptos foram sofrendo surgiu o actual topónimo, que designa não só a povoação mas também a lagoa que surgiu no lugar da antiga floresta.</p>	

(06) Topónimo: CAMOMA NGANDO	Classificação: <i>Zootopónimo</i>
<p>Comuna: Malanje Acidente: humano (povoação) Origem: Kimbundu [Kamoma Ngandu] Estrutura morfológica: NC [Ssing+Ssing] Nota: O topónimo vem do Kimbundu “kamoma ngandu”, que significam jibóia e jacaré, respectivamente.</p>	

(07) Topónimo: CANÂMBUA	Classificação: <i>Hierotopónimo</i>
<p>Comuna: Malanje</p> <p>Acidente: humano (bairro, regedoria); físico (rio)</p> <p>Origem: Kimbundu [Kanambwa]</p> <p>Estrutura morfológica: N [Ssing]</p> <p>Nota: Formado pelo prefixo de classe 12 ka- e o radical <i>nambwa</i>, que designa a divindade protectora dos advinhos e caçadores (cf. Maia, 2009:197); <i>nambwa</i> designa igualmente a fartura de caça. A localidade designada pelo topónimo Canâmbua era uma zona onde se praticava a caça de diversos animais.</p>	

(08) Topónimo: VILA MATILDE	Classificação: <i>Poliotopónimo</i>
<p>Comuna: Malanje</p> <p>Acidente: humano (bairro, regedoria)</p> <p>Origem: Portuguesa</p> <p>Estrutura morfológica: NCf [Ssing+Ssing]</p> <p>Nota: Vila Matilde designa uma regedoria da comuna de Malanje. O nome vem de uma senhora portuguesa, Matilde, que vivia naquela zona antes da independência de Angola.</p>	

(09) Topónimo: CARREIRA DE TIRO	Classificação: <i>Sociotopónimo</i>
<p>Comuna: Malanje</p> <p>Acidente: humano (bairro, regedoria)</p> <p>Origem: Portuguesa</p> <p>Estrutura morfológica: NCf [Ssing+Prep+Ssing]</p> <p>Nota: O topónimo designa uma regedoria da comuna de Malanje. A origem do topónimo remonta o tempo colonial, era a zona onde treinavam os atiradores.</p>	

(10) Topónimo: MAXINDE	Classificação: <i>Litotopónimo</i>
<p>Comuna: Malanje Acidente: humano (bairro, regedoria) Origem: Kimbundu [Maxinde] Estrutura morfológica: N [Spl] Nota: O topónimo Maxinde tem origem na palavra “maxinde” da língua Kimbundu, significando terreno nunca antes cultivado (cf. Maia, 2009:608). A regedoria da Maxinde é das mais antigas entre as existentes à volta da cidade de Malanje.</p>	

(11) Topónimo: CATOMBE DE BAIXO	Classificação: <i>Fitotopónimo</i>
<p>Comuna: Malanje Acidente: humano (povoação) Origem: Híbrida [Kimbundu+Português] Estrutura morfológica: N [S+Prep+Adv] Nota: Catombe de Baixo é designação de uma povoação à margem do rio Catombe, regedoria da Maxinde. Catombe tem origem provavelmente na palavra “Ka(di)tombe”, que significa bambu, bordão (cf. Maia 2009:70,82; Junior, s/d:350; Mata,1893:140)</p>	

(12) Topónimo: DESVIO DO QUISSOLE	Classificação: <i>Hodotopónimo</i>
<p>Comuna: Malanje Acidente: humano (povoação) Origem: Híbrida [Português+Kimbundu] Estrutura morfológica: Nm [Ssing+Prep+S] Nota: Designação de uma povoação pertencente à regedoria da Vila Matilde. Quissole provém de “kisole” da língua Kimbundu, que designa uma espécie de árvore típica da região, além da regedoria de Quissole.</p>	

(13) Topónimo: CASSEMBELE	Classificação: <i>Dirrematopónimo</i>
<p>Comuna: Cambaxe Acidente: humano (povoação) Origem: Kimbundu [Kasembele] Estrutura morfológica: N [Ssing] Nota: Na língua Kimbundu, “Kasembele” (<i>ka-</i>, prefixo singular de classe 12, e o radical <i>sembele</i>) traduz a noção de alívio, repouso.</p>	

(14) Topónimo: CAUENDA	Classificação: <i>Fitotopónimo</i>
<p>Comuna: Ngola Luíje Acidente: humano (povoação) Origem: Kimbundu [Kawenda] Estrutura morfológica: N [Ssing] Nota: Em Kimbundu, <i>kawenda</i> designa pau-de-fileira ou pau de cumeeira (cf. Junior, s/d:105; Maia, 2009:468).</p>	

(15) Topónimo: CAMINZAJE	Classificação: <i>Meteorotopónimo</i>
<p>Comuna: Malanje Acidente: humano [povoação] Origem: Kimbundu [Kaminzaji] Estrutura morfológica: N [Prefs+Spl] Nota: O topónimo tem origem na palavra Kimbundu <i>nzaji</i> de classe 9, que significa raio, trovoadas, relâmpago, ao qual se juntam os prefixos de classe 4 (<i>mi-</i>) e de classe 12 (<i>ka-</i>), muito frequente em topónimos.</p>	

(16) Topónimo: TOMA DE ÁGUA	Classificação: <i>Hidrotopónimo</i>
<p>Comuna: Malanje Acidente: humano (povoação) Origem: Kimbundu Estrutura morfológica: NC [Ssing+Prep+Ssing] Nota:</p>	

(17) Topónimo: CANGANDO	Classificação: <i>zootopónimo</i>
<p>Comuna: Malanje Acidente: humano (povoação) Origem: Kimbundu [Kangandu] Estrutura morfológica: N [Ssing] Nota: Regedoria da comuna de Malanje, arredores da cidade de Malanje. O topónimo é formado pelo prefixo de classe 12 <i>ka-</i> e o radical <i>ngandu</i>, que significa jacaré.</p>	

4. PROPOSTA DE HARMONIZAÇÃO GRÁFICA DOS TOPÓNIMOS

Neste capítulo, procuraremos apresentar certos critérios que julgamos pertinentes ter-se em conta na escrita dos topónimos angolanos. Deste modo, veremos determinados casos que se julgam consensuais e outros que têm sido alvos de discussão nos mais variados sectores de Angola. Entretanto, convém (re)vermos determinados factores que se devem ter conta, uma vez que, como se sabe, estamos perante um fenómeno de contacto linguístico entre a língua Portuguesa e as LAOAs, neste caso particular o Kimbundu.

Numa situação de contacto linguístico é normal que as línguas em questão se influenciem mutuamente. Tal é o caso do Português e do Kimbundu. Interessa-nos, aqui, tratar destas influências estritamente a nível lexical, ou seja, os empréstimos. Como já ficou dito no primeiro capítulo desta dissertação, tanto o Português quanto o Kimbundu tomaram emprestadas determinadas unidades lexicais uma da outra. O que nos interessa aqui é percebermos como tais unidades lexicais são integradas no léxico de cada língua. Alan Kirkness (1979:226) defende haver “empréstimos de línguas estrangeiras em todas as línguas europeias”. Num mundo de intensas relações entre pessoas de diferentes comunidades linguísticas, torna-se quase impossível existir uma língua que não tenha, no seu léxico, unidades linguísticas oriundas de outras línguas, dado que, “Por contacto com outros povos e com outras culturas, novas palavras podem ser incorporadas nos vocabulários” (Raposo *et al*, 2013:24; cf. Mateus *et al*, 2003:35). Embora seja um fenómeno praticamente incontornável, os empréstimos nem sempre são bem-vistos por certos estudiosos e falantes de determinadas línguas (cf. Villalva, 2008:64), não sendo o Kimbundu uma excepção. Contudo, os empréstimos justificam-se pela necessidade de se referir a determinadas realidades e fenómenos inexistentes na língua-alvo.

Nesta conformidade, as unidades lexicais tomadas de outras línguas podem obedecer a diversos processos de integração no léxico da língua-alvo. Azeredo (2012:401) aponta processos como xenismos, adaptações, decalques, além das siglas/acrónimos para a integração dos estrangeirismos. Os **xenismos** consistem na conservação da forma gráfica de origem do estrangeirismo, como em *mouse* e em *personal trainer*. As **adaptações** consistem na submissão do estrangeirismo à morfologia do Português, como sucede em *banda* (do ing. *band*, conjunto instrumental). Nos **decalques** há uma tradução literal do estrangeirismo, como em *alta costura* (do fr. *haute couture*). Finalmente, nas **siglas** e **acrónimos** empregam-se as

iniciais das palavras constitutivas da expressão estrangeira, como em *PC* (*personal computer*), *CD* (*compact disk*).

Por outro lado, costuma estabelecer-se diferença entre estrangeirismos e empréstimos. Kirkness (1979:225), citando Wahrig, entende por estrangeirismo “uma palavra tomada doutra língua, mais ou menos sem modificações”. Por sua vez, Mateus *et al.* (1990:415) define empréstimos como “palavras provenientes de outras línguas e adaptadas à nova língua”. Neste caso, há, pois, certa diferença entre estrangeirismo e empréstimo. Certa palavra dir-se-á estrangeirismo enquanto mantiver a sua forma da língua de origem e/ou não ter sido introduzida no léxico da língua-alvo. No momento em que um estrangeirismo é introduzido no léxico da língua-alvo, este passa a designar-se empréstimo, podendo sofrer transformações da sua forma original. Mário Vilela (1994:16) afirma que “a adaptação dos elementos importados pode variar, indo a escala de adaptação desde o acomodamento até ao bloqueamento total no aspecto formal”. O mesmo autor considera ainda que “O empréstimo, ao ser bloqueado, adapta-se, com o tempo, gráfica e fonicamente, à língua” (Vilela, 1994:17). Nesta perspectiva, os topónimos, enquanto unidades linguísticas como quaisquer outras, não são alheios a estes fenómenos linguísticos e podem, por isso mesmo, submeter-se a tais fenómenos.

Entretanto, tem acontecido, no contexto angolano, em nome de um africanismo, até certo ponto, infundado, que determinados sectores imporem ao Português as regras de escrita adoptadas para as LAOAs. Por exemplo, numa entrevista concedida ao *Semanário Angolense*³⁷, António Fonseca defende que os empréstimos das LAOAs ao Português devem ser escritos de acordo com as regras da língua de origem, ignorando os fenómenos que se dão na passagem de certas palavras de uma língua para outra. O autor, por exemplo, critica o facto de *Kota*, da língua Kimbundu, entrar no léxico do Português de Angola como *cota*, considerando que a palavra perde o seu valor cultural. Entretanto, o mesmo não diz que *Ntoni*, seu nome materno, deve continuar a ser escrito *António*, pelo simples facto de ser a corruptela desta unidade lexical do Português na língua Kikongo. Outro aspecto que poderá não ter sido levado em conta pelo já citado autor é que a própria escrita não é perfeita, já que não consegue traduzir a carga expressiva característica da linguagem oral. Deste modo, torna-se justificável o facto de que “nem sempre é possível reconstituir a fala” (Delgado-Martins in: Faria *et al.*, 1996:86) de determinadas línguas mortas, apesar de possuírem escrita.

³⁷ *Semanário Angolense*. ed 583. Ano X. Luanda. 20 de Setembro de 2014. pp. 22-25

No que à toponímia diz respeito, o Ministério da Cultura defende que os topónimos africanos sejam escritos segundo a ortografia das línguas africanas³⁸, sem ter em conta o fenómeno de empréstimo linguístico. Assim, os empréstimos aportuguesados Cuanza, Cuando, Quiçama, por exemplo, devem ser escritos *Kwanza*, *Kwando*³⁹, *Kisama*, chocando com as regras de ortografia da língua Portuguesa.

Defendemos a promoção e valorização das LAOAs, entretanto, é necessário que se dê ao Português o seu devido valor enquanto língua de unidade nacional, respeitando igualmente as suas regras. Quando se não respeitam determinados fenómenos linguísticos, frutos do contacto de línguas, a cientificidade desses argumentos é posta em causa. Por outro lado, a advogada tese de que as LAOAs possuem “alfabetos próprios” não leva em consideração, muitas vezes, que os mesmos alfabetos são adaptações do alfabeto latino, posto que as LAOAs não possuem uma tradição escrita, mas sim oral. As primeiras tentativas de escrita das LAOAs foram empreendidas por cidadãos europeus, que transplantaram os alfabetos das suas línguas para LAOAs (cf. Coelho, 1999:45-46). Por este facto, se é legítimo apossarmos-nos do alfabeto latino e considerá-lo “nosso”, pensamos ser razoável aceitarmos determinados fenómenos linguísticos frutos do contacto entre as LAOAs e o Português.

A harmonização gráfica dos topónimos tem por objectivo eliminar as várias formas de escrita existentes e procurar adequar a escrita dos topónimos segundo os critérios ortográficos dos sistemas linguísticos em causa, o Kimbundu e o Português. As propostas que apresentaremos poderão apresentar alguma arbitrariedade (Castro, 1991:366), sobretudo no caso do Português, na medida em que, em determinados casos, teremos de optar por escrever um dado topónimo com um dado grafema e não com outro, que também representa o mesmo fonema. Nestes casos, quando diversos grafemas representam o mesmo fonema, optamos por aquele que, na língua de origem, representa o mesmo som.

4.1. Pressupostos Legais

A toponímia, não obstante o valor cultural de que se reveste, representa a soberania de um estado. Por isso, apesar de, em muitos casos, os topónimos terem origem popular, estes são regulamentados por lei. Márcia Zamariano (2006:35) realça que os topónimos possuem

³⁸ *Semanário Angolense*. ed 583. Ano X. Luanda. 20 de Setembro de 2014. pp. 34

³⁹ A grafia correcta seria *Kwandu*.

uma importância jurídica, uma vez que, uma “imprecisão de nomes geográficos em propriedades públicas e privadas pode levar a sérios problemas de ordem legal”.

Sendo a República de Angola um Estado de direito, tendo como um dos seus fundamentos o primado da Constituição e da lei, consideramos que a sua toponímia deve ser regulamentada. A última lei da divisão administrativa de que se tem conhecimento remonta ao ano de 1971, quatro anos antes da independência. Se tivermos em conta o facto de que, nessa altura, Angola era uma província de Portugal, podemos afirmar que a República de Angola não possui uma lei da divisão política e administrativa. Entretanto, há quem defenda que a lei colonial permanecerá em vigor enquanto não for revogada por outra.

O referido documento – Decreto n.º 50/71, de 23 de Fevereiro – apresentava os topónimos de origem africana aportuguesados, ou seja, escrevia-os segundo as regras de ortografia da língua Portuguesa. Apesar de diversos topónimos, que representavam o domínio colonial português, terem sido alterados, a escrita aportuguesada, entretanto, manteve-se. Há, portanto, a necessidade de se aprovar uma nova lei que regule não só a toponímia do país, como também os seus critérios de escrita.

4.2. Trabalhos Antecedentes

Pouco se tem produzido, em Angola, sobre toponímia. Temos conhecimento de apenas um trabalho desenvolvido por uma equipa multisectorial, constituída por técnicos dos ministérios da Educação, Cultura e Administração do Território. O referido trabalho tinha como objectivo “realizar estudos em todo o território nacional sobre a harmonização da ortografia da toponímia na Divisão Político-Administrativa”⁴⁰.

Porém, o facto de procurarem reconstituir determinados topónimos (como em Saurimo para *Sawudlimbo*) e a tentativa de se desfazer determinados hibridismos (como em Dombe Grande para *Ndamba Yinene*) são, a nosso ver, as grandes desvantagens do referido trabalho, dado que não respeita a evolução dos mesmos ao longo do tempo.

Outro trabalho sobre toponímia é “A Contribuição para uma Normalização Ortográfica da Toponímia Angolana”, de Zavoni Ntondo (s/d), no qual o autor descreve certos fenómenos de natureza fonológica e ortográfica que se dão no aportuguesamento dos topónimos

⁴⁰ Despacho Presidencial n.º 13/03, de 30 de Dezembro.

africanos. O autor apresenta igualmente certos critérios que devem ser tidos em conta na escrita dos topónimos africanos.

4.3. Casos Consensuais

Há casos de topónimos africanos cuja grafia, muitas vezes aportuguesada, não suscita grandes divergências. Isto é frequente em topónimos como *Malanje*, *Maxinde*, *Fumba*, *Luma*, *Tuma* ou *Lombe*, cujas estruturas são idênticas tanto Português como no Kimbundu. Salienta-se que o topónimo Malanje era grafado com <g>.

Deste modo, sempre que a estrutura morfológica do topónimo coincide em ambos sistemas linguísticos, a sua forma gráfica não oferece divergências.

4.4. Critérios de Aportuguesamento

Em primeiro lugar, é necessário ter-se em conta a convivência do Português com as línguas locais. Em segundo, as unidades linguísticas – os topónimos – aportuguesados integram o léxico do Português angolano. Deste modo, os topónimos aportuguesados não pertencem ao léxico das LAOAs – salvo se estas tomarem os topónimos aportuguesados novamente emprestados –, uma vez que as formas originais continuam a integrar o léxico das respectivas línguas. Assim sendo, as unidades linguísticas aportuguesadas serão consideradas estritamente no contexto do Português.

Por outro lado, convém termos em consideração que não apenas os topónimos africanos são aportuguesados, ao integrarem o léxico do Português. Como se pode constatar, topónimos como França, Estados Unidos da América, Nova Iorque e Inglaterra obedecem a diferentes processos de integração no léxico do Português. Com efeito, em França (de *France*) observa-se o fenómeno de adaptação, em Estados Unidos da América (de *The United States of America*) observa-se o fenómeno de decalque, e em Nova Iorque (de New York) e Inglaterra (de *England*) observa-se simultaneamente os fenómenos de decalque e adaptação.

A diferença entre os casos acima evocados e os que acontecem em Angola é que nos exemplos apresentados há um afastamento geográfico entre os diferentes sistemas

linguísticos, contrariamente ao que sucede em Angola, onde o Português e as LAOAs dividem o mesmo espaço, o que gera alguma resistência na aceitação destes fenómenos.

Ora, feitas as considerações prévias, passemos aos critérios para uma grafia aportuguesada.

Consoantes

O fonema /k/ deve ser representado na escrita da seguinte forma:

- pelo grafema <c>, quando seguido das vogais /a/, /o/ ou /u/ – Camissombo, Camilungo, Camibafo, etc.

- pelo grafema <qu>, quando seguido de /e/ ou /i/ – Quiala, Quínguila, Quemba.

O fonema /g/ deve ser representado da seguinte maneira:

- pelo grafema <g>, quando seguido da vogal /a/, /o/ ou /u/ - Cangambo, Cangando, Quingungo.

- pelo grupo <gu>, quando seguido de /e/ ou /i/ - Quínguila,.

O fonema /s/ deve ser representado na escrita do seguinte modo:

- pelo grafema <s>, em início de palavra;

- pelo grafema <ss>, entre vogais – Camissombo, Cassembele, Quissama.

O fonema /z/ deve ser escrito sempre com <z> – Caminzaje, Quizela, Cajimbenza.

O fonema /ʒ/ deve ser representado graficamente por <j>, nunca por <g> – Malanje⁴¹, Cajimbinza, Cajimbenza, Camueje.

O fonema /f/ deve ser representado na grafia unicamente por <x> – Cambaxe, Maxinde, Camissoxe.

⁴¹ A ocorrência da sílaba **je** depois de vogal+n (*an, en, in, on, un*) é pouco frequente em Português, sobretudo em nomes. Em palavras como laranjeira, enjeitar, por exemplo, a ocorrência da sílaba **je** deve-se ao facto de **j** existir na palavra primitiva. Ocorre também em palavras como conjectura. Em final de palavra, porém, ocorre em certas formas verbais como *esbanje* (de *esbanjar*). Em contrapartida, a sílaba **ge** parece ser mais frequente em nomes como, por exemplo, *falange, alfange, flange*, e em verbos como *abrange, constrange, tange*, etc.

O fonema /ɲ/ deve ser representado por <nh> – Quimonha.

O fonema /h/ desaparece, todavia, na escrita, o grafema <h> permanece – Cahunje, Caluhia, Muhemba, Camahaxe.

Sempre que a consoante inicial for precedida de som nasal (/mb/, /nd/, /ŋg/, /nj/, /ɲv/, /nz/), a grafia aporuguesada deve obedecer aos seguintes critérios:

- <mb> e <mv> perdem nasalidade, ou seja, passam a consoantes orais.

- <nd, ng, nj> e <nz> separam-se e passam a formar sílabas separadas – N'deia, N'gola Luíje, N'zumba-ia-N'ganga, N'guvo⁴².

Todavia, quando os referidos fonemas ocorrem no interior da palavra, a nasalidade reverte-se para a vogal precedente, sendo que só se grafará <m> antes de ou <p> – N'gumba, Quingungo, Cahunje, Caminzaje, Candende.

Vogais

As vogais apresentam o mesmo valor que em Português, salvo nos seguintes casos:

A vogal /i/ em final de palavra deverá escrever-se <e> – Malanje, N'gola Luíje, Cahunje, Caminzaje. Em alternativa, poderá manter-se o grafema <i>, recorrendo-se à acentuação da vogal da penúltima sílaba, no caso das palavras graves – Malânji, N'gola Luíji, Cahúnji, Caminzáji.

A vogal /u/ em final de palavra escrever-se-á <o> – Cangambo, Candendo, N'dungo, Camibafo. Tal como no caso anterior, em alternativa, poderá manter-se o grafema <u>, acentuando-se, no caso das palavras graves, a vogal da penúltima sílaba – Cangâmbu, Candêndu, N'dúngu, Camibáfu.

As sequências de vogais deverão formar ditongos ou hiatos, como acontece em Português – Camueia, N'deia, Quiala, Caiala.

⁴² Se, porém, o uso tiver consagrado a desnasalização da consoante pré-nasal, julgamos razoável escrever tais consoantes como o suo as consagra.

4.5. Critério de Escrita segundo as LAOAs

No que diz respeito à grafia segundo as LAOAs, neste caso o Kimbundu, o critério a seguir deve reflectir, obviamente, as particularidades fonológicas da língua de origem do topónimo. Nestes casos, o modelo a adoptar (enquanto não se criam novas regras de escrita) deverá estar em consonância com o alfabeto usado pelo ILN, baseado na Resolução n.º 3/87, de 23 de Maio. O princípio adoptado para o alfabeto das LAOAs é de que cada grafema corresponda a um fonema. No caso do Kimbundu, são excepção ao referido princípio os dígrafos <mb, nd, ng, nj, mv, nz, ny, bh, e th>, correspondendo cada dígrafo a um fonema. Assim sendo, teremos os seguintes critérios:

Consoantes

As consoantes /b/, /d/, /f/, /h/, /l/, /m/, /n/, /p/, /t/, /v/ e /z/ serão representadas graficamente por <b, d, f, h, l, m, n, p, t, v> e <z>, respectivamente – **Kamibafu, Dimba, Fumba, Kahunji, Luma, Kamembe, Kanambwa, Pata, Tuma, Vamvala, Kamizalela.**

As consoantes /nd/, /mb/, /mv/, /nz/ devem ser representadas graficamente por <nd, mb, mv, nz>, respectivamente - **Ndungu, Kandende, Kandendu, Kangambu, Kamembe, Vamvala de Cima, Kaminzaji, Kajimbenza.**

A consoante /ŋg/ será representada por <ng>. O grafema <g> nunca ocorrerá isoladamente – **Nguvu, Ngola Lwiji, Kingungu.**

A consoante /s/ deve ser representada, na escrita, exclusivamente pelo grafema <s>. O grafema <s> nunca ocorrerá dobrado (ss) – **Kasembele, Kasekele, Kasembala.**

As consoantes /ʒ/ e /nʒ/ serão representadas graficamente por <j> e /nj/ - **Ngola Lwiji, Kamweji, Kajimbenza, Kajimbinza, Kasanji Kalowama, Kisanji, Kahunji.**

A consoante /ʃ/ será representada pelo grafema <x> - **Kambaxi, Kamahaxi, Maxinde.**

A consoante /ɲ/ será representada pelo dígrafo <ny> - **Kimonya.**

Vogais

As vogais do Kimbundu, como já dissemos no segundo capítulo, são similares às do Português, sendo todas orais. As particularidades são as seguintes:

O grafema <o> em final de palavra corresponde ao fonema /o/ – Mukongo, Pombo, Kambombo.

O grafema <e> em final de palavra corresponde ao fonema /e/ – Kandende, Kasekele, Kamembe, Kasembele.

O fonema /u/ é representado graficamente apenas por <u> – Kangambu, Kandumbu, Kula Muxitu.

Sempre que os fonemas /i/ e /u/ ocorrem junto de outra vogal, sendo semivogais (/j/, /w/), são representados graficamente por <y> e <w>, respectivamente – Kayala, Kanambwa, Kamweji.

Há, entretanto, casos que precisam de ser estudados de forma mais aprofundada. Por exemplo, discute-se como se deverá grafar, em Kimbundu, o topónimo Luanda: Amélia Mingas (2000) grafa *Lwanda*, o que sugere que a semivogal /w/ é breve; o *Manual de Alfabetização em Kimbundu* (2013), da responsabilidade do Ministério da Educação, grafa *Luwanda*, pressupondo que há uma vogal /u/ longa. Esta variação na escrita de certos topónimos depende muito da percepção da duração do som vocálico, o que acontece sobretudo quando as vogais /i/ e /u/ são seguidos de outro som vocálico, como em Quiala: *Kyala* ou *Kiyala*?

Outro aspecto que joga em desfavor de uma grafia segundo as LAOAs é o facto de a grande maioria dos falantes não conhecer as regras de ortografia das mesmas, não só devido ao elevado nível de analfabetismo, mas principalmente por haver um défice no ensino das LAOAs. Actualmente, é necessário ter-se uma formação universitária (particularmente no domínio da linguística) para se ter um domínio das regras ortográficas das LAOAs. Por isso, corroboramos a afirmação de Sebastião Coelho (1999:45), segundo a qual, “Parece chegado o tempo dos lexicógrafos angolanos se porem de acordo, abandonarem trincheiras e encararem soluções no sentido de se unificar a ortografia”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho começámos a discorrer sobre determinados conceitos que dão base à nossa dissertação. Uma vez que o estudo linguístico da Toponímia se enquadra no domínio da Onomástica e esta no da Lexicologia, partimos dos conceitos genéricos para os específicos. Deste modo, vimos que o estudo dos topónimos não se restringe apenas à Linguística, dado que a toponímia também é objecto de estudo da Cartografia, da Geografia ou da Topografia. À Linguística interessa sobretudo a estrutura morfológica do topónimo, sua significação e processos fonéticos que se dão na evolução do topónimo ao longo do tempo.

O estudo da toponímia permite compreender os valores culturais, mitos e crenças de um determinado povo, a fauna, a flora, o relevo e a hidrografia de um determinado lugar. Procurámos igualmente apresentar uma classificação dos topónimos, tendo como base os seus significados. Com efeito, para a orientação do nosso estudo, adoptámos a classificação taxionómica dos topónimos segundo Dick, que é composta por vinte e sete taxes, sendo onze de natureza física e dezasseis de natureza antro-po-cultural.

Uma vez que o trabalho se circunscreve ao município de Malanje, apresentámos uma breve caracterização geolinguística, etnolinguística e sociolinguística da província de Malanje. Neste aspecto, notámos que em Malanje predominam a língua Kimbundu, língua local, e a língua Portuguesa, língua oficial do país, e que estas estão em permanente contacto, causando interferências uma na outra quer a nível do léxico quer a nível da estrutura frásica. Embora o Kimbundu seja representado graficamente através do alfabeto latino, que é o mesmo que se usa para o Português, verificámos existirem diferenças fonéticas entre os dois sistemas linguísticos, com realce para as consoantes pré-nasais do Kimbundu que não existem no Português. O tom do Kimbundu contrasta com o acento de intensidade do Português.

Quanto aos topónimos propriamente ditos, verificou-se que na área urbana de Malanje predominam os topónimos de língua Portuguesa, enquanto nas áreas suburbana e rural prevalecem os topónimos de origem Kimbundu. Constatámos ainda que grande parte dos topónimos no nosso *corpus* são antropotopónimos, isto é, topónimos que designam nomes de pessoas, seguidos dos dirrematopónimos, dos fitotopónimos e dos zootopónimos.

Do ponto de vista da estrutura morfológica, notámos que determinados topónimos de origem Kimbundu formados por derivação apresentam uma combinação de prefixos pouco

frequente em palavras da língua corrente, dado que juntam prefixos singulares a nomes plurais. Por outro lado, destacámos que, de acordo com o *corpus* do trabalho, o número de topónimos formados por derivação é inferior aos dos formados por composição. Entre os topónimos compostos predominam os que combinam substantivo com substantivo.

Do ponto de vista gráfico, focámo-nos sobretudo nos topónimos de origem kimbundu, uma vez que são estes que muitas vezes apresentam variações do ponto de vista gráfico. Entretanto, a carência de documentos escritos para através dos quais atestarmos as diversas variantes gráficas fez com que tão-somente apontássemos determinados critérios que julgamos pertinente ter-se em conta tanto para o aportuguesamento quanto para uma escrita de acordo com as regras convencionadas para a ortografia do Kimbundu. Neste aspecto, consideramos que os topónimos aportuguesados são palavras que integram o léxico do Português de Angola, pelo que não devem ser confundidos com os seus equivalentes vernáculos do Kimbundu. Por este facto, julgamos não fazer sentido a afirmação de que os topónimos aportuguesados são uma deturpação da ortografia e fonologia das línguas angolanas de origem africana.

SUGESTÕES

Após a elaboração do presente trabalho, consideramos pertinente deixar as seguintes sugestões:

À Administração Municipal de Malanje,

- ❖ A criação de uma base de dados de topónimos, que contenha informações sobre as diversas localidades do município, o relevo, a vegetação, a fauna e a hidrografia;
- ❖ A afixação de placas toponímicas nas localidades fora da área urbana.

Ao Ministério da Administração do Território,

- ❖ A promoção de uma ampla discussão sobre os critérios a adoptar na escrita dos topónimos de todo o país, de forma a colher as mais diversas opiniões sobre a grafia dos topónimos nacionais.
- ❖ A regulamentação da toponímia nacional, uma vez que a lei colonial advogada pelo MAT já não atende aos interesses do país, depois de cerca de quarenta anos de independência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Administração Municipal de Malanje (2012). *Perfil Municipal de Malanje*. Malanje.
- ARSÊNIO, Manuel João; SEBASTIÃO, Judite João C. e ADÃO, António (2013). *Manual de Alfabetização em Kimbundu*. Luanda.
- CABRÉ, M. Teresa (1993). *La Terminología: Teoría, Metodología, Aplicaciones*. Editorial Antártida/Empúries. Barcelona.
- CASTIGLIONI, Ana Cláudia; BARROS, Lidia Almeida e ISQUERDO, Aparecida Negri (2012). “Um Olhar sobre a Toponímia dos Rios em Mato Grosso do Sul”. *Antares*. Vol. 4. N.º 8. Julho/Dezembro.
- CASTRO, Ivo (1991). “Ortografia Portuguesa”. In: Selecções do Reader’s Digest. *Falar Melhor, Escrever Melhor*. Selecções do Reader’s Digest. Lisboa.
- CHIVINGA, António Ngula (2014). *Que Futuro para as Línguas Nacionais Angolanas? – Ensaio sobre as Políticas de Protecção e Valorização das Línguas Nacionais Angolanas*. Centr’Artes. Luanda.
- COELHO, Sebastião (1999). *Angola – Histórias e Estórias da Informação*. Executive Center. Luanda.
- COLLADO, Jesús-Antonio (1980). *Fundamentos de Linguística Geral*. Edições 70. Lisboa.
- Comissão para Harmonização da Ortografia Toponímica da Divisão Político-Administrativa (2004). *Relatório Final*. Luanda.
- CORREIA, João David P. (1991). “A Expressividade na Fala e na Escrita”. In: Selecções do Reader’s Digest. *Falar Melhor, Escrever Melhor*. Selecções do Reader’s Digest. Lisboa.
- COSERIU, Eugénio (1979). “A Perspectiva Funcional do Léxico”. In: *Problemas da Lexicologia e Lexicografia*. Livraria Civilização Editora. Porto.
- COSTA, António Fernandes da (2006). *Rupturas Estruturais do Português e Línguas Bantu em Angola – Para uma análise diferencial*. UCAN. Luanda.
- COSTA, Rute (2005). “Corpus de spécialité : une question de types ou de genres de textes ou de discours”, *De la Mesure des Mots, Actas do Colóquio em Homenagem a Philippe Thoiron*, Université Lumière 2. Lyon.
- COSTA, Teresa Manuela C. J. da (2013). *Os Empréstimos das Línguas Bantu no Português Falado em Angola*. Luanda.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral (2007). “Atlas Toponímico do Brasil: Teoria e Prática II”. *Revista Trama*. Vol. 3. N.º 5. Universidade do Oeste do Paraná. pp. 141-155
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral (2006). “Fundamentos Teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil)”. In: SEABRA, Maria Cândida T. C. de (Org.). *O Léxico em Estudo*. Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral (1996). *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo 1554 – 1897*. Annablume. São Paulo.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral (1987). “Toponímia e Cultura”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* n.º 27. Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo. pp. 93-101

- FERNANDES, João; Ntondo, Zavoni (2002). *Angola: Povos e Línguas*. Nzila. Luanda.
- FERREIRA, Carlos (2013). *Sendin – Tierra de Miranda: Geografia e Toponímia*. Âncora Editora. Lisboa.
- GAMA, José Moreno P. da (2006). *Luanda Fragmentos de Memórias*. Edição do Autor. Luanda.
- GUIRAUD, Pierre (1989). *A Semântica*. 5.^a ed. Bertand. Rio de Janeiro.
- Instituto de Línguas Nacionais (1987). *Boletim n.º 1*. Luanda.
- Instituto Nacional de Estatística (2011). *Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População*. Vol. II. Luanda.
- Instituto Nacional de Estatística (2014). *Resultados Preliminares do Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola 2014*. Luanda.
- ISQUERDO, Aparecida Negri; DARGEL, Ana Paula T.P (s/d). “Hidronímia e Toponímia: Interinfluências entre Meio Ambiente e História”. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/gtlexNovo/data1/arquivos/AparecidaNegriIsquerdoAnaPaulaTribes sePatr%C3%ADcioDargel.pdf> Acesso em: 07/05/2014
- KRIEGER, Maria da Graça (2006). “Lexicografia: o léxico no dicionário”. In: SEABRA, Maria Cândida T. C. de (Org.). *O Léxico em Estudo*. Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte.
- KIRKNESS, Alan (1979). “Sobre a Lexicografia e Lexicografia das Palavras Estrangeiras”. In: *Problemas da Lexicologia e Lexicografia*. Livraria Civilização Editora. Porto.
- LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca (1979). “Importância de uma Lexicologia Contrastiva”. *Letras Soltas*. FCSH-UNL. Lisboa.
- MARTINET, André (1985). *Elementos de Linguística Geral*. 10.^a ed. Sá da Costa. Lisboa.
- MATEUS, Maria Helena M. e CARDEIRA, Esperança (2007). *Norma e Variação*. Caminho. Lisboa.
- Mateus, Maria Helena M.; FALÉ, Isabel e FREITAS, Maria João (2005). *Fonética e Fonologia do Português*. Universidade Aberta. Lisboa
- MATEUS, Maria Helena M. et al (1990). *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*. Universidade Aberta. Lisboa.
- MINGAS, Amélia (2000). *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*. Edições Chá de Caxinde. Luanda.
- MUDIAMBO, Quibongue (2014). *Estudos Linguísticos sobre a Lexicologia e a Lexicografia de Aprendizagem (aplicados) ao Ensino da Língua Portuguesa*. Colibri. Lisboa.
- NGUNGA, Armindo (2004). *Introdução à Linguística Bantu*. Imprensa Universitária. Maputo.
- NTONDO, Zavoni (2006). *Morfologia e Sintaxe do Ngangela*. Nzila. Luanda.
- NTONDO, Zavoni (s/d). “A Contribuição para uma Normalização Ortográfica da Toponímia Angolana”.
- QUIVUNA, Manuel (2014). *Lexicologia Aplicada ao Ensino do Léxico em Português Língua não Materna*. Colibri. Lisboa.

- RAPOSO, Eduardo B. Paiva *et al.* (Org.) (2013). *Gramática do Português*. Vol. I. FCG. Coimbra.
- RAPOSO, Eduardo Paiva (1998). *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. 2.^a ed. Caminho. Lisboa.
- RASTIER, François (2005). “Enjeux épistémologiques de la Linguistique de corpus”. In : WILLIAMS, Geoffrey (Dir). *La Linguistique de Corpus*. Presses Universitaires de Rennes. Rennes Cedex.
- REIS, Victorino (2006). *Sociolinguística – Dinâmica Funcional vs Problemas Funcionais da Língua*. Nzila. Luanda.
- SANTOS, Eduardo dos (1965). *Maza – Elementos de Etno-História para a Interpretação do Terrorismo no Noroeste de Angola*. Edição do Autor. Lisboa.
- SANTOS, Egídio Sousa (2006). *A Cidade de Malanje na História de Angola (dos finais do século XIX até 1975)*. Nzila. Luanda
- SAUSSURE, Ferdinand de (1978). *Curso de Linguística Geral*. 4.^a ed. Dom Quixote. Lisboa.
- SEABRA, Maria Cândida T. C. de (2006). “Gualacho, Mato Dentro, Outra Banda – Topônimos da região do Carmo – MG: questões léxico-históricas”. In: SEABRA, Maria Cândida T. C. de (Org.). *O Léxico em Estudo*. Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte.
- SEABRA, Maria Cândida T. C. de (2004). *A Formação e a Fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a Toponímia da Região do Carmo*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte.
- SEERMANN, Jörn (2005). “A Toponímia como Construção Histórico-Cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará”. *Vivência* n.º 29. pp. 207-224
- Semanário Angolense*. ed 583. Ano X. Luanda. 20 de Setembro de 2014. pp. 22-25
- SILVA, Maria Weilanny P. da e OLIVEIRA, Maria Odaisa E. de (2012). “O Bibliotecário Pesquisador: Um estudo com topónimos transplantados”. *XXXV Encontro Nacional de Estudantes de Bibliotecnomia, Documentação e Ciência da Informação e Gestão da Informação*. Escola de Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- SOUSA, Alexandre Melo de (s/d). “O Andamento dos Projetos (ATAOB) Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira E (ATEC) Atlas Toponímico do Estado do Ceará”. Disponível em: http://www.filologia.org.br/iiijnlflp/textos_completos/pdf/o%20andamento%20dos%20projetos-%20ataob%20-atlas%20topon%C3%ADmico%20da%20amaz%C3%B4nia%20ocidental%20brasileira%20e-%20atec%20-atlas%20topon%C3%ADmico%20do%20estado%20do%20cear%C3%A1%20-%20alexandre.pdf Acesso em: 27/10/2014
- SOUSA, Alexandre Melo de (s/d). “O Sagrado na Toponímia da Amazônia Ocidental Brasileira – As Colocações do Seringal Alagoas”. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ixfelin/trabalhos/pdf/52.pdf> Acesso em: 27/10/2014
- TAVARES, Marineide Cassuci; ISQUERDO, Aparecida Negri. “A Questão da Estrutura Morfológica dos Topônimos: Um Estudo na Toponímia Sul-Mato-Grossense”. *SIGNUM*:

Estudos da Linguagem. Londrina, n. 9/2, p. 273-288, dez. 2006. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/3956> Acesso em: 07/05/2014

ULLMANN, Stephen (1977). *Semântica: Uma Introdução à Ciência do Significado*. 4.^a ed. FCG. Lisboa.

VASCONCELLOS, J. Leite de (1931). *Opúsculos*. Vol. III. Imprensa da Universidade. Coimbra.

VILLALVA, Alina (2008). *Morfologia do Português*. Universidade Aberta. Lisboa.

VILELA, Mário (1994). *Estudos de Lexicologia do Português*. Almedina. Coimbra.

VILELA, Mário (1979). *Estruturas Léxicas do Português*. Almedina. Coimbra.

ZAMARIANO, Márcia (2006). *Toponímia Paranaense do Período Histórico de 1648 a 1853*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina. Londrina.

ZAU, Filipe (2002). *Angola: Trilhos para o Desenvolvimento*. Universidade Aberta. Lisboa.

Gramáticas

AZEREDO, José Carlos de (2012). *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 3.^a ed. Publifolha. São Paulo.

BECHARA, Evanildo (2009). *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.^a ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro.

CHATELAIN, Heli (1888-89). *Kimbundu Grammar – Grammatica Elementar do Kimbundu ou Língua de Angola*. Charles Schuchardt. Genebra.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley (1991). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 8.^a ed. João Sá da Costa. Lisboa.

DIAS, Pedro (1697). *Arte da Lingva de Angola*. Miguel Deslandes. Lisboa.

MATEUS, Maria Helena Mira *et al* (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. 5.^a ed. Caminho. Lisboa.

QUINTÃO, José Luiz (1934). *Gramática de Kimbundo*. Edições “Descobrimento”.

Dicionários e Enciclopédias

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (s/d). Vol.XXXII. Editorial Enciclopédia. pp. 70-84

JUNIOR, A. de Assis (s/d). *Dicionário Kimbundu-Português*. Argente, Santos & C.^a, Lda. Luanda.

MAIA, António da Silva (2009). *Dicionário Complementar Português – Kimbundu – Kikongo (Línguas Nativas do Centro e Norte de Angola)*. 3.^a ed. Nzila. Luanda.

MATTA, J. D. Cordeiro da (Coord.) (1893). *Ensaio de Dicionário Kimbúndu – Portuguez*. Casa Editora António Maria Pereira. Lisboa.

WARMENHOVEN, João (Comp.) (1994). *Vocabulário da Língua do Kimbundo de Angola*. Missie Informatie Dienst. Gemert.

Documentos Jurídicos

Despacho Presidencial n.º 13/03, de 30 de Dezembro.

Diário da República. I Série. N.º 23. Assembleia Nacional. *Constituição da República de Angola*. 5 de Fevereiro de 2010.

Diário da República. I Série. N.º 41. Conselho de Ministros. Resolução n.º 3/87, de 23 de Maio.

Diário da República. I Série. N.º 2. Presidente da República. Decreto Presidencial n.º 3/14, de 3 de Janeiro – *Estatuto Orgânico do Ministério da Administração do Território*.

Diário da República. I Série. N.º 65. Assembleia Nacional. Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro – *Lei de Bases do Sistema de Educação*.

Diário da República. I Série. N.º 44. Conselho de Ministros. Decreto-lei n.º 7/03, de 6 de Junho – *Estatuto Orgânico do Ministério da Cultura*.

Diário do Governo. I Série. N.º 45. Ministério do Ultramar. Decreto n.º 50/71, de 23 de Fevereiro.

Diário do Governo. I Série. N.º 164. Ministério do Ultramar. Decreto n.º 339/70, de 16 de Julho.

Sítios consultados

http://ultramar.terraweb.biz/index_mapas_ultramar_angola.htm Acesso em: 27/01/2015

<http://isced.ed.ao/orgaos-e-servicos/departamentos-de-ensino-e-investigacao/departamento-de-linguas-e-literaturas-africanas> Acesso em: 02/12/2014

<http://www.infopedia.pt/>

ANEXOS

N.º	Topónimo	Proposta de grafia em Kimbundu	Proposta de grafia aportuguesada
01	Malanje	Malanji	Malanje
02	Ngola* Luíje	Ngola Lwiji	N'gola Luíje
03	Cambaxe	Kambaxi	Cambaxe
04	Micanda	Mikanda	Micanda
05	Mucongo	Mukongo	Mucongo
06	Quiríri	Kididi	Quiríri
07	Quissanje	Kisanji	Quissanje
08	Quihunga*	Kihunga	Quihunga
09	Lau	Lahu	Lahu
10	Gumba	Ngumba	N'gumba
11	Guvo	Nguvu	N'guvu
12	Quingungo	Kingungu	Quingungu
13	Quima	Kima	Quima
14	Camatemo	Kamatemu	Camatemo
15	Camueia	Kamweya	Camueia
16	Pombo	Pombo	Pombo
17	Cabombo	Kambombo	Cabombo
18	Quimbamba	Kimbamba	Quimbamba
19	Quimaco	Kimaku	Quimaco
20	Quimonha	Kimonya	Quimonha
21	Fumba	Fumba	Fumba
22	Cassefo	Kasefu	Cassefo
23	Cauenda	Kawenda	Cauenda
24	Luma	Luma	Luma
25	Dimba	Dimba	Dimba
26	Ndeia*	Ndeya	N'deia
27	Camueje	Kamweji	Camueje
28	Catende	Katende	Catende
29	Tuma	Tuma	Tuma
30	Quinjango	Kinjangu	Quinjango
31	Caluhia*	Kaluhia	Caluhia
32	Lombe	Lombe	Lombe
33	Cassequele	Kasekele	Cassequel(e)
34	Quiala	Kiyala	Quiala
35	Camilemba	Kamilemba	Camilemba
36	Quizela	Kizela	Quizela
37	Camilungo	Kamilungu	Camilungo
38	Cajimbinza	Kajimbinza	Cajimbinza
39	Candende	Kandende	Candende
40	Quifucussa	Kifukusa	Quifucussa
41	Zumba-ia-Ganga*	Nzumba ya Nganga	N'zumba-ia-N'ganga
42	Quiçama	Kisama	Quissama
43	Cassemble	Kassemble	Cassemble

44	Quissol	Kisole	Quissole
45	Camembe	Kamembe	Camembe
46	Caiala	Kayala	Caiala
47	Candumbu	Kandumbu	Candumbu
48	Cassanje Caluama	Kasanji Kalowama	Cassanje Caloama
49	Cassembala	Kasembala	Cassebala
50	Calunga Camalemba	Kalunga ka Malemba	Calunga Camalemba
51	Catunga	Katunga	Catunga
52	Quemba	Kemba	Quemba
53	Camitango	Kamitangu	Camitango
54	Quinguila	Kingila	Quíguila
55	Pata	Pata	Pata
56	Cangambo	Kangambu	Cangambo
57	Cula Muxito	Kula Muxitu	Cula Muxito
58	Camoma Ngando	Kamoma Ngandu	Camoma N'gando
59	Quissonde	Kisonde	Quissonde
60	Dungo	Ndungu	N'dungo
61	Candendo	Kandendu	Candendo
62	Camibafo	Kamibafu	Camibafo
63	Muhemba*	Muhembya	Muhemba
64	Cahunje*	Kahunji	Cahunje
65	Caminzaje	Kaminzaji	Caminzaje
66	Canâmbua	Kanambwa	Canâmbua
67	Cajimbenza	Kajimbenza	Cajimbenza
68	Camissoxe	Kamisoxi	Camissoxe
69	Quibaba	Kibaba	Quibaba
70	Maxinde	Maxinde	Maxinde
71	Camissombo	Kamisombo	Camissombo
72	Camatende	Kamatende	Camatende
73	Camacondeca	Kamakondeka	Camacondeca

Quadro I – Proposta de escrita dos topónimos



Figura 2: Mapa de Malanje
<http://soudemalanje.blogspot.pt/>



Figura 3: Estação de Comboio de Malanje
Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Malanje>



Figura 4: Administração Municipal de Malanje



Figura 5: Administração Comunal de Cambaxe



Figura 6: Administração Comunal de N'gola Luíje



Figura 7: Posto de saúde de Quimbamba, N'gola Luíje



Figura 8: Letreiro A



Figura 9: Letreiro B



Figura 10: Letreiro C



Figura 11: Letreiro D



Figura 12: Lagoa Cula Muxito